



SIQUEIRA CASTRO

ADVOGADOS

BELO HORIZONTE Av. Getúlio Vargas 447 4º andar Savassi
CEP 30112-020 T (55 31) 3289-1818 F (55 31) 3281-6560



Ilustríssima Sra. Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro – SUPRAM LESTE

**Rua 28, 100 – Ilha dos Araújos
Governador Valadares/MG - CEP: 35020-800**

Processo Administrativo Ambiental Nº 07.299/2007/004/2012
Auto de Infração Nº. 46487

QUEIROZ GALVÃO ENERGÉTICA SA, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por seus procuradores *in fine*, requerer a juntada dos documentos de representação anexos.

Ato contínuo, requerer também o cadastramento de seus novos advogados, **ANTÔNIO [REDACTED]** e **LEONARDO [REDACTED]** inscritos na OAB/MG sob o nº. [REDACTED] respectivamente, esclarecendo que deverão receber intimações na pessoa dos advogados, como de direito e sob pena de nulidade.¹

Nestes termos,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2013.

LEONARDO [REDACTED]
OAB/MG 26.653

¹ "Advogado. Intimação. Requerimento indicando o nome do advogado que receberá as intimações. Precedentes da Corte. 1. Comprovado que está nos autos expresso requerimento para que as intimações fossem feitas em nome dos subscritores antes da decisão que provocou a extinção do processo, fica evidente a nulidade. 2. Recurso Especial conhecido e provido". (Ac un da 3ª T do STJ – Resp. 586.362/SP. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – j. 05.10.2004 – DJU 21.01.2005 – Ementa Oficial). "(...) INTIMAÇÃO. Quando o advogado substabelecido, ainda que o substabelecimento seja com reservas, requer, em petição escrita, que as intimações sejam feitas em seu nome, o desatendimento dessa vontade assim manifestada implica ofensa ao art. 236, par – 1º do CPC. Recurso Conhecido e Provido". (STJ – RT 702/207 – grifou-se).

24/05/2013
912661/2013



SIQUEIRA CASTRO

ADVOGADOS


BELO HORIZONTE Av. Getúlio Vargas 447 4º andar
Funcionários CEP 30112-020 MG Brasil
T (55 31) 3389-1818 F (55 31) 3281-6560



PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, nesta e na melhor forma de direito, a **QUEIROZ GALVÃO ENERGÉTICA SA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.299.819/0001-90, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 360, 3º andar, Condomínio do Edifício JK, Itaim Bibi, São Paulo/SP neste ato representada por seu Diretor Dório [REDACTED] inscrito no [REDACTED] sob o nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED] nomeia e constitui seus procuradores os Drs. **LEONARDO** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] **ANTONIO** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] **MARIA** [REDACTED] OAB/MG sob o nº [REDACTED] **NATÁLIA** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] **GABRIELA** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] **MARCELO** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] **FABI** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] **LÍGIA** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] **EDUARDO** [REDACTED] OAB/MG [REDACTED] todos com escritório à [REDACTED] para, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem em que vão nomeados, com poderes da cláusula ad judicium et extra, promover a defesa dos interesses da outorgante no processo judicial n.º 07.299/2007/004/2012 – Auto de Infração nº 46.487, em trâmite na Comarca de Governador Valadares - MG, podendo, ainda, transigir, acordar, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitação e substabelecer, assim como revogam os poderes outorgados à Dra. **MARIA** [REDACTED] inscrita na OAB/MG nº [REDACTED] e na OAB/SC [REDACTED]

Belo Horizonte, 08 de maio de 2013.


QUEIROZ GALVÃO ENERGÉTICA SA
CNPJ n.º 03.299.819/0001-90



Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012.

Parla



À
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do
Leste Mineiro – SUPRAM LM
Att. Sra. Maria Helena Batista Murta
Superintendente

Ref.: OF. SUPRAM-LM – No. 705/2011
Processo de Licença No. 07299/2007/002/2007 e
Processo de Intervenção Ambiental No. 03027/2007
AI No. 46.487 (vinculado ao Auto de Fiscalização No.
251/2011, de 07/12/2011).
Defesa da Autuada

FSM 15/02/2012 13:58 - 11/01/4/2012

Prezada Senhora,

Acusando o recebimento do ofício e do Auto de Infração em referência, sirvo-me desta para, tempestivamente, apresentar **DEFESA DA AUTUADA** junto a este órgão julgador, conforme consignado no mesmo e em obediência ao disposto nos Artigos. 33 e 37, § 1º., Decreto n. 44.844/2008.

Solicito o acolhimento desta – em anexo – para posterior julgamento por V. Sa.

Ressalto que a defesa da autuada ora apresentada ocorre via postal conforme lhe é facultado o Art. 39 do diploma legal citado acima.

Pelo que, sou

Atenciosamente,

Maria Helena Batista Murta

Maria Helena Batista Murta
OAB-MG [REDACTED]
p.p. Mucuri Energética S/A
Construtora Queiroz Galvão S/A



PARECER

1 - CABEÇALHO

Número do Auto de Infração:	46487/2011
Número do Processo:	641381/18
Nome/Razão Social:	Mucuri Energética S.A.
CPF/CNPJ:	09.259.407/0001-02

2 - RESUMO DA AUTUAÇÃO

Data da lavratura:	21/12/2011
Decreto aplicado:	<input checked="" type="checkbox"/> 44.844/2008
Infrações:	
Código:	Descrição:
1 - Código nº 301	Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.
2 - Código nº 305	Explorar, desmatar, extrair, suprimir, cortar, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação em área de preservação permanente, sem autorização especial ou intervir em área de preservação permanente, ainda que esta esteja descoberta de vegetação.
3 - Código nº 312	Realizar o corte de árvores nativas constantes na lista oficial de espécimes da flora brasileira ameaçada de extinção em Minas Gerais
Penalidades Aplicadas:	
Código 301 Multa Simples: <input checked="" type="checkbox"/> inciso II, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 1 - Valor: R\$ 16.899,00 (dezesesseis mil e oitocentos e noventa e nove reais) Suspensão das atividades: <input checked="" type="checkbox"/> art. 76 do Decreto nº 44.844/2008 Código 305 Multa Simples: <input checked="" type="checkbox"/> inciso II, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 1 - Valor: R\$ 120.001,00 (cento e vinte mil e um reais) Suspensão das atividades: <input checked="" type="checkbox"/> art. 76 do Decreto nº 44.844/2008	



	Código 312 Multa Simples: <input checked="" type="checkbox"/> inciso II, do art. 56, do Decreto nº 44.844/2008 1 - Valor: R\$ 1.399.280,00 (um milhão e trezentos e noventa e nove mil e duzentos e oitenta reais) Suspensão das atividades: <input checked="" type="checkbox"/> art. 76 do Decreto nº 44.844/2008
--	--

3 – RESUMO DA DEFESA APRESENTADA

Tempestividade:			
1) Data da identificação do auto de infração: 19/01/2012	Data da postagem/protocolo da defesa administrativa: 15/02/2012 (Protocolo n.º 113414/2012)		1) Intempestiva

4 – CONTROLE DE CONFORMIDADE LEGAL

Em controle de conformidade legal do Auto de Infração n.º 46487/2011, verificou-se que houve autuação com fundamento normativo em 03 tipos infracionais, quais sejam, códigos 301, 305 e 312, todos do anexo III, a que se refere o art. 86 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, senão vejamos:

Código 301

Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.

Código 305

Explorar, desmatar, extrair, suprimir, cortar, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação em área de preservação permanente, sem autorização especial ou intervir em área de preservação permanente, ainda que esta esteja descoberta de vegetação.

Código 312

Realizar o corte de árvores nativas constantes na lista oficial de espécimes da flora brasileira ameaçada de extinção em Minas Gerais

Contudo, a infração administrativa foi descrita nos seguintes termos:

“Em fiscalização no local onde será o futuro reservatório da PCH Mucuri, constatou-se a supressão da vegetação nativa até as proximidades da parcela 6 (seis) do inventário florestal apresentado sob protocolo 852634/2011, sem a devida regularização ambiental para a referida intervenção em vegetação nativa.

Cabe ressaltar que o respectivo inventário informa a densidade relativa de 1,94 para a espécie *Dalbergia Nigra*, considerando a informação acima



e o relato do representante do empreendimento de que houve supressão de 52,88 (cinquenta e dois hectares e oitenta e oito ares) de vegetação nativa, tem-se o corte de 2.614 (dois mil e seiscentos e quatorze) indivíduos de *Dalbergia Nigra* (ameaçados segundo IN MMA n.º 06/2008)."

Verifica-se, então, com relação ao tipo infracional definido no código 305, do anexo III, a que se refere o art. 86, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, que o fundamento da infração não corresponde à conduta descrita, uma vez que não há menção na descrição da infração de que houve intervenção em área de preservação permanente e, tampouco, a delimitação da área dessa intervenção.

Por outro lado, ficou devidamente esclarecido que houve supressão de vegetação nativa em uma área de 52,88 (cinquenta e dois hectares e oitenta e oito ares), assim como o corte de 2.614 (dois mil e seiscentos e quatorze) indivíduos de *Dalbergia Nigra* (ameaçada de extinção), condutas essas que configuram infrações administrativas capituladas nos códigos 301 e 312, do anexo III, a que se refere o art. 86, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

Por essa razão, opinamos pela anulação da infração administrativa prevista no art. 305, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, e das penalidades nela fundamentadas, mantendo-se as autuações com relação aos códigos 301 e 312 e, consequentemente, as penalidades delas decorrentes.

Do valor base da multa – atualização da UFEMG:

Primeiramente, cabe ressaltar que os códigos 301 e 312, do anexo III, a que se refere o art. 86, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, preveem a aplicação das penalidades de multas simples da seguinte forma:

Código 301

Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.

Classificação

Gravíssima

Incidência da pena

Por unidade

Valor da multa

I – Explorar;

II – desmatar, destocar, suprimir, extrair;

III – danificar;

IV – provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, em áreas comuns.

a) Formação florestal: R\$ 450,00 a R\$ 1.350,00 por hectare ou fração;

b) Formação campestre: R\$ 350,00 a R\$ 1.050,00 por hectare ou fração;

c) Acrescido do valor base se o produto tiver sido retirado, calculado em razão da tipologia vegetal e suas variações sucessionais.

Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal: a ser utilizada quando o produto estiver sido retirado.



- a) Campo cerrado: 25 m st/ha;
 - b) Cerrado Sensu Stricto: 46 m st/ha;
 - c) Cerradão: 100m st/ha;
 - d) Floresta estacional decidual: 70m st/ha;
 - e) Floresta estacional semidecidual: 125m st/ha;
 - f) Floresta ombrófila: 200 m st/ha;
- Valor para base de cálculo monetário: R\$ 20,00 por st de lenha.

Código 312

Realizar o corte de árvores nativas constantes na lista oficial de espécimes da flora brasileira ameaçada de extinção em Minas Gerais.

Classificação

Grave

Incidência da pena

Por hectare ou fração.

Valor da multa

De R\$500,00 a R\$1.500,00 por árvore

Tendo ocorrido a retirada dos produtos será acrescido à multa o valor de R\$20,00 por árvore.

Assim que, a multa aplicada no Auto de Infração n.º 46487/2011 deveria ter sido aplicada no valor total de R\$1.515.276,00 (um milhão e quinhentos e quinze mil e duzentos e setenta e seis reais), conforme se segue:

Código 301

Valor da multa: R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por hectare ou fração;

Quantidade de hectares objeto de supressão de vegetação nativa: 52,88ha

Valor da multa: R\$23.796,00 (vinte e três mil e setecentos e noventa e seis reais)

Valor total do acréscimo em razão da retirada do material lenhoso: R\$132.200,00 (cento e trinta e dois mil e duzentos reais)

Valor total: R\$155.996,00 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e noventa e seis reais)

Código 312

Valor da multa: R\$500,00 (quinhentos reais) por árvore

Tendo ocorrido a retirada dos produtos será acrescido à multa o valor de R\$20,00 por árvore

Quantidade de árvores: 2.614

Valor da multa: R\$1.307.000,00 (um milhão e trezentos e sete mil reais)

Valor total do acréscimo em razão da retirada do material lenhoso: R\$52.280,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e oitenta reais)

Valor total: R\$1.359.280,00 (um milhão e trezentos e cinquenta e nove mil e duzentos e oitenta reais)

Valor total da multa pelo código 301: Valor total: R\$155.996,00 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e noventa e seis reais)

Valor total da multa pelo código 312: R\$1.359.280,00 (um milhão e trezentos e cinquenta e nove mil e duzentos e oitenta reais)



Valor total da multa aplicada no Auto de Infração: R\$1.515.276,00 (um milhão e quinhentos e quinze mil e duzentos e setenta e seis reais)

Nesse sentido, cumpre esclarecer que a Lei Estadual nº 7.772/80 que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, estabelece, no §5º do art. 16, que o valor das multas simples e diárias serão fixadas em regulamento e corrigidas anualmente com base na variação da UFEMG (Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais), *in verbis*:

Art. 16. As infrações a que se refere o art. 15 serão punidas com as seguintes sanções, observadas as competências dos órgãos e das entidades vinculados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad:

- I - advertência;
- II - multa simples;
- III - multa diária;
- (...)

§5º - O valor da multa de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo será fixado em regulamento, sendo de, no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) e, no máximo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e corrigido anualmente, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais - Ufemg. (grifo nosso)

Nota-se que em nada inovou a Administração ao promover a correção da tabela pela UFEMG, o que constitui apenas uma operação aritmética de transformação dos valores previstos em reais para UFEMG, tomada como fator a unidade de 2008, e posterior atualização pelas unidades fiscais de cada um dos exercícios financeiros subsequentes, conforme Resoluções da Secretaria de Estado da Fazenda.

Nesse sentido, a Advocacia Geral do Estado, por meio da ilustre procuradora Nilza Aparecida Ramos Nogueira, também já se manifestou sobre a correção da UFEMG, em seu parecer de nº 15.333, de 14 de abril de 2014, abaixo transcrito:

Ocorre que, nos anos que se sucederam à publicação do Decreto Estadual n. 44.844/08, em vigor, não foram editados atos administrativos com a indicação dos correspondentes valores das multas com base na UFEMG para aquele exercício financeiro.

(...)

Assim, de início, observamos que, embora não tenham sido publicadas as tabelas atualizadas anualmente, isso não significa, necessariamente, que o servidor credenciado, ao aplicar a penalidade, não tenha feito essa atualização, cuja certificação somente será possível in concreto. De qualquer forma, se não houve atenção à correção do valor pela variação da UFEMG, esse ato precisa ser revisto, porque a atualização implica uma diferença nos valores mínimo e máximo com repercussão no valor final da multa, dados os critérios para valoração da multa (multa-base, reincidência genérica, reincidência específica...), conforme será examinado à frente.

Vamos tomar em consideração, a título ilustrativo, o valor da tabela constante no Anexo I para infração grave, sem reincidência, cometida por empreendimento de pequeno porte. No ano em que foi editado o Decreto, de 2008, o valor mínimo foi fixado em R\$ 2.501,00.



Considerando a UFEMG para o ano de 2008, de 1,8122, esse valor correspondia a 1.380,09 UFEMG's. Para os anos subsequentes, os valores mínimos de uma multa aplicada nessas mesmas condições seria outro. Por exemplo, considerando a UFEMG para o exercício de 2013, o valor mínimo dessa multa ficou em R\$ 3.452,53. Para o ano de 2014, em R\$ 3.640,95. Vê-se que há uma diferença significativa.

Independentemente de não ter havido publicação atualizada da tabela de valores de multas em cada um dos anos posteriores ao de 2008, as multas não podem ter sido aplicadas em valor aquém do mínimo legal, visto a expressa determinação legal – art. 16, § 5º, da Lei 7.772/80. Isso sem considerar a variação dentro da faixa prevista.

(...) trata-se de regra imperativa a que determina a correção anual dos valores das multas ambientais fixadas em regulamento. A publicação anual da tabela atualizada, ou não, não exime o órgão ou entidade competente do dever de observar os valores atualizados, seja para aplicação da multa no mínimo legal, ou no máximo, seja para fixação da multa-base para sobre ela incidir agravantes, atenuantes, reincidência, conforme os critérios do Decreto n. 44.844/08.

Como as faixas já estão fixadas no Decreto Estadual n.º 44.844/08, conforme autorizou o art. 16, § 5º, da Lei n. 7.772/80, a publicação anual da tabela corrigida pode ser feita por Resolução, porque não estará em nada inovando a previsão legal e o valor inicialmente fixado para as multas, mas tão somente realizando uma operação aritmética de transformação dos valores previstos em reais para UFEMG, tomada como fator a unidade de 2008, e posterior atualização pelas unidades fiscais de cada um dos exercícios financeiros subsequentes, conforme Resoluções da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Nesse sentido, a Resolução nº 4270, de 19 de novembro de 2010, da Secretaria de Estado de Fazenda, atualizou os valores da UFEMG para o ano de 2011, em consonância com o que estabelece o art. 16, §5º, da Lei n. 7.772/1980.

De acordo com a Resolução nº 4270, de 19 de novembro de 2010, da Secretaria de Estado de Fazenda, e com a Portaria IEF nº 59, de 01 de abril de 2011, para o ano de 2011, as multas dos códigos 301 e 312, do anexo III, a que se refere o art. 86, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, deveriam ser aplicadas com os seguintes parâmetros:

Código 301

Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.

Classificação

Gravíssima

Incidência da pena

Por unidade

Valor da multa

I – Explorar;

II – desmatar, destocar, suprimir, extrair;

III – danificar;

IV – provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, em áreas comuns.



- a) - Formação florestal: R\$ 541,64 a R\$ 1.624,95 por hectare ou fração
b) - Formação campestre: R\$ 421,27 a R\$ 1.263,84 por hectare ou fração
c) Acrescido do valor base se o produto tiver sido retirado, calculado em razão da tipologia vegetal e suas variações sucessionais.
a) Campo cerrado: 25 m st/ha;
b) Cerrado Ssensu Stricto: 46 m st/ha;
c) Cerradão: 100m st/ha;
d) Floresta estacional decidual: 70m st/ha;
e) Floresta estacional semidecidual: 125m st/ha;
f) Floresta ombrófila: 200 m st/ha;
Valor para base de cálculo monetário: R\$ 24,05 por st de lenha.

Código 312

Realizar o corte de árvores nativas constantes na lista oficial de espécimes da flora brasileira ameaçada de extinção em Minas Gerais.

Classificação

Grave

Incidência da pena.

Por hectare ou fração.

Valor da multa

Valor da multa De R\$ 601,82 a R\$ 1.805,51 por árvore

Tendo ocorrido a retirada dos produtos será acrescido à multa o valor de R\$24,05 por árvore.

Verifica-se, então, que os valores das multas aplicadas no Auto de Infração n.º 46487/2011 devem ser adequados, nos seguintes termos:

Código 301

Valor da multa: R\$541,64 (quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos) por hectare ou fração;

Quantidade de hectares objeto de supressão de vegetação nativa: 52,88ha

Valor da multa: R\$28.641,93 (vinte e oito mil e seiscentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos)

✚ Valor total do acréscimo em razão da retirada do material lenhoso: R\$158.970,50 (cento e cinquenta e oito mil e novecentos e setenta reais e cinquenta centavos)

Valor total: R\$187.612,43 (cento e oitenta e sete mil e seiscentos e doze reais e quarenta e três centavos)

Código 312

Valor da multa: R\$601,82 (seiscentos e um reais e oitenta e dois centavos) por árvore

Tendo ocorrido a retirada dos produtos será acrescido à multa o valor de R\$24,05 (vinte e quatro reais e cinco centavos) por árvore

Quantidade de árvores: 2.614

Valor da multa: R\$1.573.157,48 (um milhão e quinhentos e setenta e três mil e cento e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos)

✚ Valor total do acréscimo em razão da retirada do material lenhoso: R\$62.866,70 (sessenta e dois mil e oitocentos e sessenta e seis reais e setenta centavos)

Valor total: R\$1.636.024,18 (um milhão e seiscentos e trinta e seis mil e



vinte e quatro reais e dezoito centavos)

Valor total da multa pelo código 301: R\$187.612,43 (cento e oitenta e sete mil e seiscentos e doze reais e quarenta e três centavos)

Valor total da multa pelo código 312: R\$1.636.024,18 (um milhão e seiscentos e trinta e seis mil e vinte e quatro reais e dezoito centavos)

Valor total das multas aplicadas no Auto de Infração: R\$1.823.636,61 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos)

Em razão disso, opinamos pela adequação do valor da penalidade de multa simples inicialmente fixada pela autoridade competente para a quantia de R\$1.823.636,61 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), conforme a UFEMG para o ano de 2011, nos termos do Parecer CI/AGE Nº 15.333/14, da Resolução nº 4270, de 19 de novembro de 2010, da Secretaria de Estado de Fazenda, e da Portaria IEF nº 59, de 01 de abril de 2011, que estabelecem a correção anual dos valores das multas aplicadas às infrações ambientais por descumprimento das normas previstas no Decreto Estadual nº 44.844/2008.

5- CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opinamos pelo não conhecimento da Defesa Administrativa apresentada pela Autuada, uma vez que protocolada em data intempestiva, nos termos do art. 33 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, e o Decreto Estadual nº 44.844/2008 prevê que a defesa não será conhecida quando intempestiva, caso em que se tornará definitiva a aplicação da penalidade - art. 35, do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

☒ Manutenção:

Opinamos pela anulação da infração administrativa prevista no art. 86, anexo III, código 305, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, haja vista que o fundamento da infração não corresponde à conduta descrita, haja vista que não há menção na descrição da infração de que houve intervenção em área de preservação permanente e, tampouco, a delimitação da área dessa intervenção.

Recomendamos, ainda, pela manutenção das autuações pelos códigos 301 e 312, do anexo III, a que se refere o art. 86 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, e das penalidades neles aplicadas, adequando-se o valor total da penalidade de multa simples para a quantia de R\$1.823.636,61 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), sem prejuízo de juros de mora e da correção monetária (§3º, do art. 48, do Decreto Estadual nº 44.844/2008).

Por fim, sugerimos a manutenção da penalidade de suspensão das atividades até a regularização ao órgão competente, nos termos do art. 76, do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

☒ Considerações Finais:

Recomendamos a notificação da Autuada para apresentar Defesa Administrativa quanto à

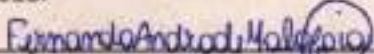


Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

adequação dos valores das penalidades de multa simples no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de ciência da Decisão Administrativa, ou para efetuar o pagamento do valor da multa, devidamente atualizada (§3º, do art. 48, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008), sob pena de encaminhamento do processo administrativo para fins de inscrição do valor em dívida ativa do Estado.



Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2018.


Fernanda [REDACTED]
Gestora Ambiental – Serviços Jurídicos
MASP 1.363.919-0

De acordo, Renata de Oliveira Sant'Ana
Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração
da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste de Minas



DECISÃO ADMINISTRATIVA

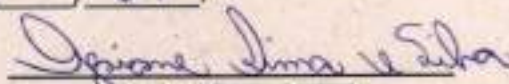
Número do Auto de Infração:	46487/2011
Número do Processo:	641381/18
Nome/Razão Social:	Mucuri Energética S.A.
CPF/CNPJ:	09.259.407/0001-02

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste de Minas, nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, alínea "a", do Decreto Estadual n.º 47.042/2016, em observância ao disposto nos artigos 34, 35, 36, 37 e 38 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, e tendo em vista o Parecer acostado aos autos, decide:

- não conhecer a Defesa Administrativa apresentada pela Autuada, uma vez que protocolada em data intempestiva, nos termos do art. 33 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, sendo que o Decreto Estadual n.º 44.844/2008 prevê que a defesa não será conhecida quando intempestiva, caso em que se tornará definitiva a aplicação da penalidade - art. 35, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008;
- pela anulação da infração administrativa prevista no art. 86, anexo III, código 305, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, haja vista que o fundamento da infração não corresponde à conduta descrita, haja vista que não há menção na descrição da infração de que houve intervenção em área de preservação permanente e, tampouco, a delimitação da área dessa intervenção;
- pela manutenção das autuações pelos códigos 301 e 312, do anexo III, a que se refere o art. 86 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, e das penalidades neles aplicadas, adequando-se o valor total da penalidade de multa simples para a quantia de R\$1.823.636,61 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), sem prejuízo de juros de mora e da correção monetária (§3º, do art. 48, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008);
- pela manutenção da penalidade de suspensão das atividades até a regularização junto ao órgão ambiental competente, nos termos do art. 76, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

Notifique-se a Autuada para apresentar Defesa Administrativa quanto à adequação dos valores das penalidades de multa simples no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de ciência da presente Decisão Administrativa, ou para efetuar o pagamento do valor total da multa, devidamente atualizada, sob pena de encaminhamento do processo administrativo para fins de inscrição do valor em dívida ativa do Estado.

Belo Horizonte, 26/05/19.


Gesiane [REDACTED]

Superintendente Regional de Meio Ambiente
Supram Leste de Minas

Gesiane Lima e Silva
Superintendente Regional de
Meio Ambiente
SUPRAM Leste de Minas
Mato 1.304.357-4



OFÍCIO/ /2018/NAI/DCP/SUPRAM-LM/SEMAD/SISEMA

Número do Auto de Infração:	46487/2011
Número do Processo:	641381/18
Nome/Razão Social:	Mucuri Energética S.A.
CPF/CNPJ:	09.259.407/0001-02

Prezado(a) senhor(a),



O(a) Superintendente Regional de Meio Ambiente, nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto n.º 47.042/2016

☐ Em observância ao disposto nos artigos 34, 35, 36, 37 e 38 do Decreto n.º 44.844/2008, e tendo em vista o Parecer acostado aos autos, decide

☐ Pelo conhecimento da defesa apresentada, haja vista que tempestiva e que foram atendidos os requisitos essenciais da peça de defesa.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste de Minas, nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, alínea "a", do Decreto Estadual n.º 47.042/2016, em observância ao disposto nos artigos 34, 35, 36, 37 e 38 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, e tendo em vista o Parecer acostado aos autos, decide:

- não conhecer a Defesa Administrativa apresentada pela Autuada, uma vez que protocolada em data intempestiva, nos termos do art. 33 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, sendo que o Decreto Estadual n.º 44.844/2008 prevê que a defesa não será conhecida quando intempestiva, caso em que se tornará definitiva a aplicação da penalidade - art. 35, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008;
- pela anulação da infração administrativa prevista no art. 86, anexo III, código 305, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, haja vista que o fundamento da infração não corresponde à conduta descrita, haja vista que não há menção na descrição da infração de que houve intervenção em área de preservação permanente e, tampouco, a delimitação da área dessa intervenção;
- pela manutenção das autuações pelos códigos 301 e 312, do anexo III, a que se refere o art. 86 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, e das penalidades neles aplicadas, adequando-se o valor total da penalidade de multa simples para a quantia de R\$1.823.636,61 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), sem prejuízo de juros de mora e da correção monetária (§3º, do art. 48, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008);
- pela manutenção da penalidade de suspensão das atividades até a regularização junto ao órgão ambiental competente, nos termos do art. 76, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

Lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental, V. Sª dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, para apresentar Recurso quanto à manutenção das penalidades aplicadas, ou efetuar o pagamento do valor da multa, devidamente atualizada, sob pena de encaminhamento do processo administrativo para fins de inscrição do valor em dívida ativa do Estado.

Para demais informações, favor entrar em contato com (especificar) através (especificar).



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Atenciosamente,
Governador Valadares, 26/12/2018

Renata de Oliveira Sant'Ana
Coord. Núcleo de Apoio de Infrachô
SUPRAM - LM
Masp: 1.402.457-9

Renata de Oliveira Sant'Ana

**MODELO DE REQUERIMENTO PARA VISTA / CÓPIA DE DOCUMENTO /
PROCESSO**




Este formulário deve ser preenchido pelo requerente e pelo órgão ambiental competente, para fins de solicitação e concessão de vista de processos administrativos.

1) IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
Nome: <u>Edvaldo</u> [REDACTED]		
CPF: [REDACTED]	RG: [REDACTED]	
Endereço: [REDACTED]		
Bairro: [REDACTED]	CEP: [REDACTED]	
Município: [REDACTED]		
E-mail: [REDACTED]		
Telefone residencial: () [REDACTED]	Telefone comercial: [REDACTED]	Fax: () [REDACTED]

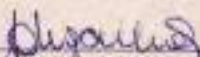
Nota: O requerente fica advertido que as informações colhidas neste processo não poderão ser utilizadas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral, de propriedade industrial e, se divulgadas por qualquer meio, devem se referir à fonte de origem. (parágrafo 1º, art.2º da Lei 10.650, de 16 de abril de 2003)


Declaro sob as penas da lei que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa).

Governador Voladores, 14/02/2019
(município) (data)


Assinatura do Requerente

1) IDENTIFICAÇÃO DO ATENDENTE (*Uso exclusivo do órgão)	
Nome: <u>Belenice Moura Silva</u>	
MASP/Nº de matrícula: <u>1201453-6</u>	RG: <u>11957121</u>
2) REQUERIMENTO (*Uso exclusivo do órgão)	
<input checked="" type="checkbox"/> Processo <input type="checkbox"/> Documento avulso <input type="checkbox"/> Outros:	
Tipo de documento:	Nº de registro:
Número/ano do processo administrativo: <u>46487/2011</u>	
Nome do empreendimento/Proprietário:	
CNPJ/CPF:	Inscrição Estadual:
Tipo de Licença: AAF () LP () LI () LO () LIC () LOC () Revalidação () Ampliação <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Infração <input checked="" type="checkbox"/>	Classe:
Obs.:	
3) VISTA DE PROCESSO (*Uso exclusivo do órgão)	
Cópia impressa: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Xerox: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO


Assinatura do Atendente/Concedente


Assinatura do Requerente



ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DA SUPRAM LESTE DE MINAS – GOVERNADOR VALADARES – ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 46.487/2011

PROCESSO Nº 641381/2018

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROTOCOLADO: 0135495
DATA: 12/03/19
ASSUNTO: Recurso

MUCURI ENERGÉTICA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.259.407/0001-02, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, Bairro Jardim Paulistano, Andar 7, Sala 1, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.452-919, doravante simplesmente designada por **RECORRENTE**, por seus advogados infra-assinados, devidamente constituídos (ANEXO I – PROCURAÇÃO E ATOS CONSTITUTIVOS), nos autos do processo em epígrafe, vem a presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos moldes do quanto dispõe o parágrafo único, inciso III do art. 54 do Decreto Estadual – MG nº 47.042/2016, o que faz pelos motivos de fato e de Direito a seguir expostos.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A **RECORRENTE** foi devidamente notificada da decisão administrativa proferida pela SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS em 05/02/2019.

Tratando dos prazos para interposição dos recursos administrativos na esfera federal, o art. 127 do Decreto 6/514/2008 assim dispõe:

Art. 127. Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de vinte dias.

Outrossim, o art. 66 da Lei 9.784/99 também estabelece como devem ser observados os prazos e sua respectiva contagem. *In verbis*:

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Logo, resta tempestivo o presente Recurso Administrativo, que ainda por ser instruído na forma prevista em lei, deve ser devidamente autuado, processado e julgado nos termos da lei.

2. DOS FATOS

Trata-se do presente Auto de Infração nº 46.487/2011, lavrada em face da RECORRENTE, tendo como objeto multa ambiental aplicada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO LESTE MINEIRO – SUPRAM LM, no valor inicial de R\$ 1.496.180,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e oitenta reais).

A aludida sanção pecuniária em desfavor da Autuada decorre de vistoria no empreendimento PCH Mucuri, realizada em 21 de dezembro de 2011, conforme Auto de Fiscalização nº 251/2012, do qual constou que *"no local onde será o futuro reservatório da PCH Mucuri, constatou-se a supressão da vegetação nativa até as proximidades da parcela 6 (seis) do inventário florestal (...) sem a devida regularização ambiental para a referida intervenção em vegetação nativa"*.

Tempestivamente, fora apresentada defesa administrativa. Contudo, por entender intempestiva, o órgão ambiental em Decisão Administrativa de 1ª Instância consignou em *"não conhecer a Defesa Administrativa apresentada pela Autuada, uma vez que protocolada em data intempestiva (...) caso em que se tomará definitiva a aplicação da penalidade"*.

Em relação a aplicação das penalidades, houve a majoração da multa para o exorbitante valor de 1.823.636,61 (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos).

Contudo, diante dos fundamentos a seguir expostos, concluir-se-á pela tempestividade da Defesa Administrativa, da inexistência de motivos que pudessem levar à autuação ora vergastada, e de igual forma, na parte em que majorou a sanção pecuniária.

3. DO CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM

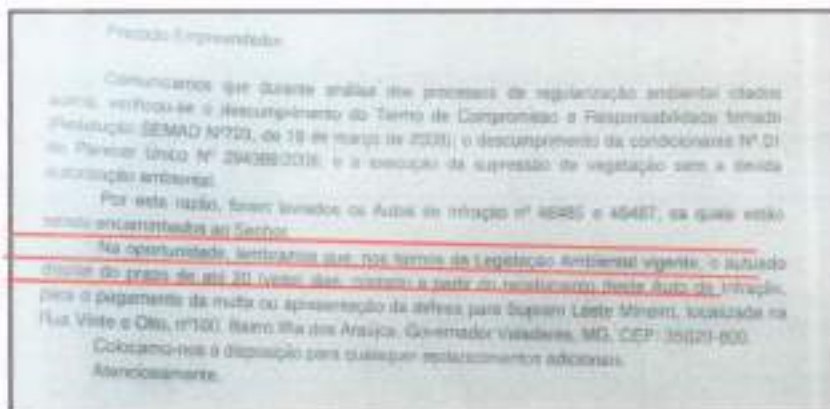
3.1 TEMPESTIVIDADE DA DEFESA ADMINISTRATIVA - CERCEAMENTO DO DIREITO À AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

Inicialmente cumpre esclarecer que o auto de infração nº 46.487 fora lavrado em 21/12/2011 em face da pessoa jurídica Mucuri Energética S.A, inscrita no CNPJ sob nº 09.259.407/0001-02.

Conforme se observa das fls. 07, a Autuada, ora RECORRENTE, foi notificada da lavratura do auto de infração e consequente apresentação da defesa administrativa em 19/01/2012. Abaixo:



Conforme asseverado no próprio ofício da SUPRAM, a Autuada, naquela ocasião, teria o prazo de 20 dias, contados a partir do recebimento do auto de infração para apresentar defesa administrativa a ser protocolada perante a SUPRAM Leste Mineiro, localizada em Governador Valadares/MG. Logo, o prazo teria seu termo em 08/02/2012. Vejamos:



Importa salientar que o art. 39 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, autoriza que o protocolo de defesas e recursos administrativos seja feito através da via postal; e vai além, sua tempestividade é computada a partir da data de postagem. *In verbis*

Art. 39. Será admitida a apresentação de defesa ou recurso via postal, mediante carta registrada, verificando-se a tempestividade pela data da postagem.

Lado outro, ressalta-se que em 07/02/2012, a autuada apresentou Defesa Administrativa, através do protocolo postal, conforme se extrai do aviso de recebimento abaixo, devidamente recebido por este órgão em 13/02/2012:

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CNST
AR
RQ 09247673 1 28

DATA DE RECEBIMENTO: 13/02/2012

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE
Município de Jandara do Sul
Jandara do Sul, 13/02/2012

ENDERÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO
Jandara do Sul, 13/02/2012

PREENCHER COM LETRA DE FORMA
AR
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE
NOME DO NÚCLEO LOCAL DE DESTINAÇÃO DO OBJETO / NOM DU NÚCLEO LOCAL DE DESTINATION
Superintendência Regional de Jandara do Sul
R. Vinte e Nove, 100 - Vila dos Jandara
35000-100 Jandara do Sul, MS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO SUJEITO A VERIFICAÇÃO / DECLARATION
NOME DO RECEBENTE / NOM DU RECEPTEUR
[assinatura]
DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE RECEPTION
13/02/12

ENDERÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO
Jandara do Sul, 13/02/2012

Ora Senhores Julgadores, se a notificação da lavratura do auto de infração foi recebida pela autuada em 19/01/2012, e a partir daí conta-se prazo de 20 dias, é óbvio que o prazo fatal para apresentação da defesa administrativa findava em 08/02/2012.

Considerando que a defesa administrativa foi postada em 07/02/2012, conclui-se que sua tempestividade é inquestionável.

Outrossim, conforme preconiza as Súmulas 346¹ e 473², ambas do STF, a Administração Pública deve rever seus próprios atos, quando eivados de nulidade, devendo promover o exame dos fatos e fundamentos jurídico/legais incidentes, sob pena lesão ao princípio da legalidade administrativa encartado no *caput* do Art. 37 da Constituição Federal, caracterização de desvio de finalidade e demais responsabilidades.

Desse modo, pleiteia a RECORRENTE seja o feito chamado à ordem, a bem da necessária apreciação e julgamento da defesa administrativa com seus anexos, e em estrita observância das regras administrativas e processuais.

É o que se requer.

4. DA PREJUDICIAL DO MÉRITO

4.1 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 46.487/2011 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – LAPSO TEMPORAL DE QUASE 07 ANOS SEM ATOS DE APURAÇÃO DA INFRAÇÃO – REGRA DE ORDEM PÚBLICA – OBSERVÂNCIA COGENTE

De logo, insta salientar que todo processo administrativo, dentre os quais o ambiental, deve ocorrer dentro dos parâmetros traçados pelos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da razoável duração do processo.

Por sua vez, a prescrição, como mecanismo de segurança jurídica e de ordem pública, regula o tempo de atuação e inatividade da Administração Pública, quer seja na instauração do processo e na satisfação daquilo que for determinado após regular tramite, quer seja para

¹ Súmula 346 STF: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

² Súmula 473 STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

evitar a paralisação injustificada do *iter procedimental*.

É cediço que o procedimento administrativo ambiental - a prescrição, incide em duas fases distintas a saber: (i) a prescrição da pretensão punitiva que se relaciona com o prazo para apuração da infração administrativa e o respectivo processo administrativo, ou seja, o prazo de apuração do "fato gerador" até o seu "lançamento" pela autoridade administrativa; (ii) a prescrição da pretensão executória que se relaciona diretamente com o lapso legal para a cobrança judicial dos créditos já constituídos definitivamente na seara administrativa.

Na primeira fase denominada constitutiva, ocorre a lavratura do auto de infração e a consequente abertura do procedimento administrativo ambiental, finalizando-se com o julgamento no sentido da homologação ou não do auto de infração e seu trânsito em julgado (coisa julgada administrativa).

E na segunda fase, iniciada após a constituição definitiva do auto de infração, denominada por executória, inicia-se o prazo para promoção das medidas administrativas tendentes à satisfação do débito imposto na decisão final administrativa, já transitada em julgado, e não satisfeita voluntariamente pelo interessado.

Na mesma seara, naquilo que se reporta ao instituto da prescrição no curso do procedimento administrativo ambiental ter-se-á a incidência de dois institutos distintos, a saber: a prescrição punitiva de cinco anos, iniciada na data da prática da infração, ou de sua cessação, caso se trate de infrações permanentes ou continuadas; e, a prescrição intercorrente, nos moldes descritos no Decreto nº 6.514/2008.

Considerando que no presente caso, importa destacar a ocorrência da prescrição intercorrente, sobretudo porque, embora devesse ter sido declarada de ofício, não o foi, cabe, na oportunidade fazer as pertinentes ponderações acerca desse instituto, cabendo sublinhar de logo, que o prazo prescricional referido, não se confunde com a fase executória da multa administrativa, conforme já salientado acima.

Conforme se extrai da norma de aplicação, bem como a consolidada jurisprudência, a prescrição intercorrente, ocorre no curso do procedimento administrativo e decorre

unicamente da inércia da Administração Pública em promover atos necessários ao deslinde da causa. A paralisação injustificada do processo por mais de três anos ensejará o reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, além de demandar a responsabilização funcional.

Tecidas tais premissas, cabe trazer-las para o cenário fático do presente auto de infração que ora se contesta, sem prejuízo dos demais fundamentos pela sua improcedência, que também serão expostos.

O auto de infração nº 46487 fora lavrado em 21/12/2011 em face da pessoa jurídica Mucuri Energética S.A, inscrita no CNPJ sob nº 09.259.407/0001-02.

Em 07/02/2012, a autuada apresentou tempestivamente Defesa Administrativa, conforme se extrai do protocolo abaixo colacionado e documentos constante às fls. 08 do Processo em epigrafe.

Form of Aviso de Recebimento (AR) with handwritten details and a red stamp. The stamp is circular and contains the text "RECEBIMENTO" and "AVISO CIVIL". The form includes fields for "AVISO DE RECEBIMENTO", "AVISO CIVIL", "AR", "Nº 00241614 T BR", "TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAMENTO", and "RECEBIDO POR". The recipient's name is "Mucuri Energética S.A." and the address is "Rua Vitorino, 100 - Jd. Santa Helena - Curitiba - PR". The date is "07/02/2012".

Form of Defesa da Autuada (Defense of the Defendant) with handwritten details. The form includes fields for "Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012.", "A Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro - SUPRAM LM", "Attn. Sra. Maria Helena Batista Murta", "Superintendente", "Ref.: OF. SUPRAM-LM - No. 705/2011", "Processo de Licença No. 07299/2007/002/2007 e", "Processo de Intervenção Ambiental No. 03027/2007", "Al No. 46.407 (vinculado ao Auto de Fiscalização No. 261/2011, de 07/12/2011).", "Defesa da Autuada", "Prezada Senhora,", "Acusando o recebimento do ofício e do Auto de Infração em referência, sirvo-me desta para, tempestivamente, apresentar DEFESA DA AUTUADA junto a este órgão julgador, conforme consignado no mesmo e em obediência ao disposto nos Artigos. 33 e 37, § 1º, Decreto n. 44.844/2008.", "84", "IMPRESSO EM PAPEL DE FLORESTAS PLANTADAS RECONSTITUÍVEIS"

Compulsando os autos em questão verifica-se que inobstante o largo tempo decorrido, somente em 12/12/2018, às fls. 54/58, este órgão ambiental manifestou-se nos autos, emitindo parecer de Manutenção da Penalidade. Cite-se:

5- CONCLUSÃO

Diante do todo o exposto, opinamos pelo não reconhecimento da defesa administrativa apresentada pela Autarquia, uma vez que propôs em dita defesa, fatos novos em art. 33 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, e o Decreto Estadual n.º 44.844/2008 prevê que a defesa não será conhecida quando alegar fatos, caso não que se tenham deduzido a qualquer da primeira art. 35, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

6- Manifestação

Conferimos pela análise da defesa administrativa anexa em art. 35, inciso II, artigo 35, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, haja vista que o fundamento da infração não corresponde a conduta descrita. Haja vista que não há exemplar da descrição da infração que tenha sido anexado em data de preservação permanente e, portanto, a extinção da ação desta infração.


Recomendamos, ainda, pela manifestação das autoridades pelo artigo 35, II, do inciso V, a que se refere o art. 35 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008, e das penalidades pelas infrações, adotando-se o valor total da penalidade de multa simples pelo a quantia de R\$ 1.274,63 (um mil e duzentos e setenta e quatro reais) e a multa por não estar anexado o comprovante, pelo valor de multa de multa de multa (R\$ 9, de art. 45, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008).

Por fim, sugerimos a transcrição do procedimento em cartório das atividades em a regularização em prazo determinado, caso houver em art. 35, do Decreto Estadual n.º 44.844/2008.

Atenciosamente,


O Diretor de Defesa Jurídica

O Diretor de Defesa Jurídica


Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria Especial de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Atestamos que todos os procedimentos de esta empresa no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de entrega do Documento Administrativo, no prazo efetivo o pagamento de todos os tributos, devidamente atualizados (PIS, do art. 46, do Decreto Estadual nº 44.644/2020), sob pena de responsabilização da empresa administradora para fins de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia de atraso.

Boleto bancário: 1.1 de vencimento de 2020


Fernanda Andrade Maletka
Secretaria Administrativa – Serviços Gerais
0800 1.363.333-0

De acordo, Manaus do Oliveira Santos
Coordenadora do Núcleo de estudos de trabalho
do Superintendência Regional de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul

DEFESA ADMINISTRATIVA – 07/02/2012

MANIFESTAÇÃO SUPRAM – 12/12/2018

06 (SEIS) ANOS E 10 (DEZ) MESES.

Em rápida análise e conferência dos tramites processuais nos autos, confirma-se que no lapso temporal de 06 (seis) anos e 10 (dez) meses, não houve qualquer ato promovido por este órgão ambiental. Logo, é inescusável o reconhecimento que o presente processo fora alcançado pela prescrição da pretensão punitiva dessa administração pública, devendo, inclusive, ser reconhecida de ofício.

No caso em apreço, o processo ficou paralisado por longos quase 07 (sete) anos, sendo certo que aplicável também ao processo administrativo o princípio da razoável duração do processo, nos termos do art. 5º da Constituição Federal, justamente para não permitir que os processos se eternizem e que as relações jurídicas não se estabilizem.

Não há permissivo legal que autorize a Administração Pública postergar por anos a fio, o andamento dos processos, sem a prática de um único ato no lapso temporal de mais de 06 (seis) anos como ocorre no presente caso. Pois, a se permitir tal distorção, estar-se-ia ferindo a interpretação jurídica dos institutos da decadência e da prescrição e sua finalidade de propiciar a segurança jurídica, dentro da premissa de que as obrigações nascem para ser extintas.

Contudo, inobstante a prescrição intercorrente seja uma imposição do princípio constitucional da segurança jurídica, de modo inusitado no ordenamento jurídico pátrio, a legislação do estado de Minas Gerais, não prevê a prescrição nos processos administrativos de apuração de infração paralisados por mais de três, ou mesmo de cinco anos, deixando claro permissivo ilegal para que seus agentes públicos violem a uma só vez, os princípios da legalidade, da eficiência, da segurança jurídica, além da garantia constitucional da razoável duração do processo, sem prejuízo de tantos outros critérios que regem o processo administrativo.

Nesse cenário, salienta-se desde logo que a jurisprudência consolidada se posiciona de modo veemente no sentido que o princípio e a regra são a prescritibilidade e a imprescritibilidade é que deve decorrer de norma expressa. Logo, ainda que não exista regra expressa acerca da prescrição do processo administrativo de apuração de infração, quando paralisado por mais de cinco, como no presente caso, sem que seja realizado qualquer ato instrutório ou de decisão, a prescrição é a lógica como corolário do princípio geral da segurança jurídica.

Nesse sentido, é o que se extrai do voto da Desembargadora Áurea Brasil nos autos da Apelação Cível nº 1.0132.12.001426/001 – TJ-MG, da Comarca de Carandai, tendo como parte o IEF Instituto Estadual de Florestas, nos seguintes termos: *“É certo que a imprescritibilidade afronta o princípio da segurança e da estabilidade das relações sociais, motivo pelo qual, ante a inexistência na legislação do Estado de Minas Gerais de dispositivo*

análogo ao § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 9.873/99³, o prazo prescricional no âmbito administrativo estadual será também de 5 (cinco) anos, notadamente porque a prescrição não passa de uma aplicação específica do instituto da prescrição genericamente considerado”.

Vale observar que a ementa do acórdão proferido nesses autos, faz referência expressa à prescrição intercorrente do ato apurador da infração - procedimento que antecede a fase executória, separando claramente essas duas fases (apuração da infração e execução da multa), amoldando-se perfeitamente ao presente caso, se interpretada a contrário senso. Citemos:

INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA - SUPOSTA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA - PARALISAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR PRAZO SUPERIOR A 3 (TRÊS) ANOS - LEI N. 9.873/99, ART. 1º, § 1º - VINCULAÇÃO ESTRITA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL - INAPLICABILIDADE AOS DEMAIS ENTES DA FEDERAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento de execução cobrando multa de natureza administrativa, aplicada, na espécie, por infração ambiental. Aplicação do Decreto n. 20.910/32. 2. O termo inicial da prescrição corresponde à data em que o crédito se torna exigível, isto é, ao momento em que, findo o processo administrativo, a obrigação é constituída de forma definitiva. Prescrição da pretensão executiva não configurada. 3. Inaplicabilidade do prazo prescricional previsto no § 1º do art. 1º da Lei federal n. 9.873/99 aos processos administrativos punitivos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Precedente representativo de controvérsia do STJ. 4. Inocorrência da prescrição intercorrente da pretensão punitiva no âmbito administrativo, porquanto todo o procedimento apurador teve duração inferior a 5 (cinco) anos. 5. Recurso a que se nega provimento.

(TJ-MG - AC: 10132120014262001 MG, Relator: Áurea Brasil, Data de Julgamento: 02/10/2014, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/10/2014).

Aliás, a ilustre Desembargadora em nada inova em seu entendimento, mas, apenas, aplica o escorreito alinhamento com a regra principiológica da prescrição que decorre da razoável

³ Lei Federal nº 9.873/99, Art. 1º. Esta lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. § 1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

duração do processo, seja na esfera judicial ou administrativa, quando mais porque, **num Estado Democrático de Direito não se pode admitir privilégios unilaterais e eternos para a administração pública em detrimento do administrado**⁴.

Nesse sentido são os julgados atualizados em outros tribunais. Cite-se:

AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL – RECURSOS DE APELAÇÃO – AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO – OCORRÊNCIA – APLICABILIDADE DO DECRETO N. 20.910/1932 – PRECEDENTES DO STJ – INEXISTÊNCIA DE FATO INTERRUPTIVO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MAJORAÇÃO – RECURSO DO ESTADO DE MATO GROSSO – DESPROVIDO – APELO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA – PROVIMENTO PARCIAL – SENTENÇA, EM PARTE, RETIFICADA. **Evidenciado o decurso de mais de cinco anos entre a data da homologação da multa administrativa e a decisão final no recurso administrativo, sem que, nesse interregno, tenha havido a prática de qualquer manifestação hábil a interromper o prazo prescricional, operada está a prescrição intercorrente, com base no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.** No caso, em que o proveito econômico não é irrisório, os honorários advocatícios não devem ser estipulados, mediante apreciação equitativa, conquanto comportam majoração, para ser arbitrados, com base no art. 85, § 3º, II, do CPC, atendidos aos parâmetros do § 2º do mesmo dispositivo legal. (Apelação / Remessa Necessária 124721/2017, DES. MÁRCIO VIDAL, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 20/08/2018, publicado no DJE 30/08/2018).

(TJ-MT - APL: 000011086200881100821247212017 MT, Relator: DES. MÁRCIO VIDAL, Data de Julgamento: 20/08/2018, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Data de Publicação: 30/08/2018).

APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PÚBLICO. MULTA AMBIENTAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARALISADO POR MAIS DE CINCO ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 20.910/32. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO COM BASE NO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA. 1. **Hipótese em que, tratando-se de multa ambiental, impõe-se a observância do prazo**

⁴ Ministro Roberto Barroso. Recurso Extraordinário com Agravo 1.103.658 – São Paulo.

quinquenal de prescrição estabelecido no Decreto nº 20.910/32. Questão pacificada no Superior Tribunal de Justiça e nesta Corte. 2. Caso em que o processo administrativo ficou sem movimentação por período superior a 09 (nove) anos, representando a inércia do ente público. 3. Ausência de ofensa ao Princípio da Congruência. Incumbe ao julgador, de ofício, dispor, inclusive liminarmente, acerca da prescrição, o que se extrai do artigo 332, § 1º, do novo CPC. Demais disso, o dispositivo não alcança à parte autora providência que deixou de postular, sendo a inexigibilidade da multa mera consequência lógica da própria declaração de prescrição. 4. Honorários fixados na origem, com base no artigo 85, § 8º, que merecer retificação, considerando que a necessidade de observância do valor atribuído à causa, corresponde à multa antes exigida pela ré. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO DA FEPAM E DERAM... PROVIMENTO AO APELO DOS PROCURADORES DA PARTE AUTORA. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70077610137, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 28/05/2018).

(TJ-RS - AC: 70077610137 RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Data de Julgamento: 28/05/2018, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/06/2018).

DIREITO ADMINISTRATIVO. MULTA APLICADA PELO IAP. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR MAIS DE 03 (TRÊS) ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. (ART. 1º, §1º DA LEI FEDERAL Nº 9.873/1999).a) O artigo 10 do Decreto Federal nº 20.910/1932, que se aplica, nos termos do parágrafo 1º, indistintamente a todos os entes, estabelece que o prazo prescricional de 05 (cinco) anos "não altera as prescrições de menor prazo, constantes das leis e regulamentos, as quais ficam subordinadas às mesmas regras". b) O parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 9.783/1999 prevê que "Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso".c) Desse modo, conquanto a Lei nº 9.873/1999 tenha sido elaborada para regular o prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, a previsão contida no artigo 10 do Decreto Federal nº 20.910/1932, conjugada com a lacuna legislativa do ente público em

questão, cuja legislação não prevê prazo prescricional intercorrente, e, ainda, considerando o princípio constitucional da duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII, CF), é cabível, no caso, a analogia "in bonam partem", para se aplicar o prazo prescricional trienal.d) No caso, ao IAP encaminhou o processo administrativo à PROJU, para análise e parecer, em 22 de maio de 2007, sendo exarado o Parecer Jurídico somente em 15 de agosto de 2011, fato em que se mostra a injustificada paralisação do processo por mais de 03 (três) anos 2) AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJPR - 5ª C.Cível - AR - 1212524-1/01 - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Leonel Cunha - Unânime - - J. 20.05.2014)." (grifou-se).

Logo, em razão do todo exposto, diante do evidente lapso temporal de 06 (seis) anos e 10 (dez) meses no qual esse órgão ambiental não promoveu nenhum ato tendente a impulsionar o processo para apurar a infração, a declaração de ocorrência da prescrição intercorrente é medida que se impõe, cabendo, inclusive o reproche pelo judiciário.

É como fica desde já requerido

5. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

É sabido que os atos administrativos, ao terem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos neles expostos, já que estes determinam e justificam a realização do ato, devendo haver perfeita correspondência entre eles e a realidade. Por isso, em caso de desconformidade entre os motivos determinantes e a realidade, o ato administrativo é inválido, nulo de pleno direito.

De pronto, cabe registrar que a Autuada, ora RECORRENTE, desde sempre se encontrava resguardada pela APEF (hoje, DAIA) concedida no processo nº. 3027/2007, constando no próprio site do SIAM – Sistema Integrado de Informação Ambiental da SEMAD (fls. 45).

O Auto de Infração ora se reitera contestação, trouxe com descrição do ato infracional a suposta supressão de vegetação nativa em uma área correspondente a 52.88ha, afirmando ainda tratar-se de supressão da espécie nativa *dalbergia nigra*, a qual consta na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Contudo, numa cautelosa leitura dos documentos – relatórios, estudos, inventário florestal, pareceres expedidos por esse mesmo órgão - que integram o processo de autorização de supressão de intervenção ambiental, confirma-se que o presente auto de infração se trata daqueles expedientes levados a efeitos sem observância das regras que regem o processo administrativo que impõe sanções aos administrados.

Afirmam as autoridades fiscalizadoras que houve supressão de espécie nativa ameaçada de extinção numa área total de 52.88ha, sem a devida autorização do órgão competente.

No que se reporta à quantificação da área – 52,88ha – cabe trazer a colação extrato de documento constante dos autos, o qual aponta correção feita por este órgão em relação à quantidade de hectares, para os quais existe autorização para supressão de vegetação, dispondo que *"retifica-se a informação passando a ler: **a área de vegetação a ser suprimida será de 10,07ha de Floresta Estacional Semi-Decidual**"*.

Logo, tão por essa premissa, é inquestionável que a área da suposta supressão de vegetação nativa sem autorização, **não poderia ser de equivalente a 52,88ha**, restando maculando de vício o auto de infração ora questionado, sobretudo, na quantificação de supressão da espécie *dalbergia nigra*.

Portanto, diferente do que afirma o Parecer que substanciou a Decisão de 1ª Instância, **não** está devidamente esclarecido que houve supressão de vegetação em 52,88ha.

		14/06/2011 15/06/2011 16/06/2011
1. Introdução		
O empreendimento Construtora Quilombo São João - PCH Mutui, possui Licença de Instalação (LI) e Autorização para Intervenção Florestal para as atividades de Barragem de Geração de Energia - Hidroelétrica, conforme DN FAP, no Município de Carlos Chagas e Paulo de Faria, Mato Grosso do Sul, com coordenadas 17° 30' 45,2" de latitude Sul e 47° 55' 11" de longitude Oeste.		
Os estudos técnicos de Licença de Instalação nº 02286/2007-000/2007 e Intervenção Ambiental nº 02286/2007-000/2007 foram aprovados na 2ª Reunião Ordinária do COPAM Mato Grosso do Sul, realizada em 06/06/2006, e possui Certificado para Licença de Instalação nº 02286/2007 e a atividade de Barragem de Geração de Energia - Hidroelétrica, sob código 3-02-G-1, conforme DN FAP, emitido em 11/06/2006, com validade de 05 anos e condicionantes.		
Por ocasião do Parecer Unico nº 02286/2007-000/2007, referente ao processo de intervenção ambiental, o COPAM Mato Grosso do Sul, emitiu o Parecer Unico nº 02286/2007-000/2007, considerando que não há divergência entre os estudos técnicos, conforme requerimento de Autorização para Exploração Florestal e estudos formalizados no processo.		
2. Discussão		
Consta no Parecer Unico nº 02286/2007-000/2007, sobre o processo de Autorização para Exploração Florestal, descrição da área a ser desmatada de 1,1ha, sendo esta divergente dos estudos e requerimento apresentados. Assim, verifica-se a informação passando a ler: a área de vegetação a ser suprimida será de 10,07ha de Floresta Estacional Semi-Decidual em estágio de regeneração florestal médio.		
3. Conclusão		
Por fim, a equipe interdisciplinar solicitou deferimento da alteração do Parecer Unico nº 02286/2007-000/2007, para referir a Autorização para Exploração Florestal do Processo de Intervenção Ambiental nº 02286/2007-000/2007, empreendimento Construtora Quilombo São João - PCH Mutui, no caso de Licença de Instalação para as atividades de Barragem de Geração de Energia - Hidroelétrica, conforme DN FAP, passando-se a ler: a área de vegetação a ser suprimida será de 10,07ha de Floresta Estacional Semi-Decidual em estágio de regeneração florestal médio.		
As orientações apresentadas neste Parecer Unico nº 02286/2007-000/2007, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do COPAM Mato Grosso do Sul.		

Portanto, diferente do que afirma o Parecer que substanciou a Decisão de 1ª Instância, não houve supressão de vegetação nativa em 52,88ha e pela mesma razão o número de espécies suprimidas apontadas pelo agente fiscalizador também é inexistente.

Não bastasse tal constatação, é importante salientar que o agente fiscalizador se equivocou, visto que a autuada, ora RECORRENTE, desde sempre se encontrava resguardada pela APEF (hoje, DAIA) concedida no processo nº. 3027/2007, constando no próprio site do SIAM – Sistema Integrado de Informação Ambiental da SEMAD (fls. 45).

Nada obstante, na objurgada Decisão Administrativa, a qual embora tenha passado pelo crivo de vários agentes, a Autoridade Julgadora não se manifestou acerca dos documentos apresentados pela AUTUADA e tampouco, sobre tal aspecto, nada decidiu.

Logo, também nesse ponto, é nula a mencionada Decisão, vez que, carece de requisito essencial ao ato decisório, qual seja, a fundamentada manifestação acerca dos pontos trazidos pela administrada em sua peça de Defesa Administrativa, por ser corolário do direito à ampla defesa e ao contraditório.

Não obstante, observa-se que na Decisão prolatada por este órgão ambiental em 26/12/2018, nos autos do processo em epígrafe, ficaram mantidas as penalidades descritas por "códigos 301 e 312" do Anexo III do Decreto nº 44.844/2008, nos seguintes termos:

Decreto 44.844/2008

Código 301

Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.

Código 312

Realizar o corte de árvores nativas constantes na lista oficial de espécimes da flora brasileira ameaçada de extinção em Minas Gerais.

Restando, ao final, aplicação de multa no valor de R\$ 1.823.636,61 (um milhão, oitocentos e

vinde e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos).

Contudo, como se verá adiante, ainda que na remotíssima hipótese de ser superada a evidente incidência do instituto da prescrição, não subsistem os supostos fatos narrados no auto de infração que ora se recorre.

5.1 DA INFRAÇÃO DESCRITA NO CÓDIGO 301 – INEXISTÊNCIA DO FATO – AUSÊNCIA DE MOTIVO – VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Para aplicação da penalidade o agente fiscalizador apresentou como descrição da conduta supostamente praticada pela Autuada/Recorrente, o "código 301" do Anexo III do Decreto 48.844/2008, que assim dispõe:

"explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental".

Sabe-se que os atos da administração pública que impõe sanções aos administrados são de natureza vinculados. De igual forma, na aplicação dos dispositivos legais a interpretação deve ser sistêmica.

Conforme se extrai do relatório constante do auto de infração ora questionado, a autoridade fiscalizadora assevera que a AUTUADA/RECORRENTE teria suprimido 2.614 árvores da espécie *dalbergia nigri* numa área e 52,88ha.

Nesse ponto, cabe frisar que essa foi a única espécie de vegetação nativa apontada como suprimida. Contudo, a autoridade fiscalizadora entendeu cabível aplicar penalidade cuja prescrição está absolutamente desvinculada do motivo apontado, eis porque o "código 301" aplicar-se-ia a outras espécies nativas que não sejam aquelas integrantes de lista de espécies ameaçadas, o que não ocorreu no presente caso.

Portanto, se o motivo apontado pelo agente foi "a supressão de arvores nativas da espécie *dalbergia nigri* integrante da lista de espécies ameaçadas", e **somente isso**, inexistente motivo apto a autorizar a imputação de outra conduta. Mesmo porque a descrição da conduta

constante do "código 312" subsuma-se com perfeição ao fato imputado à RECORRENTE, senão vejamos: "realizar o corte de árvores nativas constantes na lista oficial de espécimes de flora brasileira ameaçada de extinção em Minas Gerais".

Logo, não existe motivo para aplicação de penalidade consubstanciada na conduta descrita no "código 301", sendo também por esse vício, inconsistente o auto de infração.

Quanto à inexistência de motivo, sabe-se que a ausência de pressupostos fáticos que justifique a aplicação de penalidade ao administrado, é causa de nulidade, que reclama pronta atuação da administração pública para rever seus atos quando eivados de vícios, sob pena de violação dos princípios basilares que a regem, dentre os quais, a legalidade, a segurança jurídica e vedação de imposição de sanção em medida superior ao estritamente necessário.

Nesta linha de inteligência, a jurisprudência pátria é pacífica no entendimento e aplicação da Teoria dos Motivos determinantes, pela qual a Administração Pública vincula-se aos motivos expressamente declinados no ato administrativo, sob pena de invalidade.

APELAÇÃO CÍVEL ADMINISTRATIVO AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO - ANULAÇÃO DE MULTA APLICADA PELO PROCON MUNICIPAL DECISÃO ADMINISTRATIVA DESTITUÍDA DE FUNDAMENTO LEGAL EVIDENTE NULIDADE APLICAÇÃO DA TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES - RECURSO IMPROVIDO. 1. De acordo com a Teoria dos Motivos Determinantes, oriunda do Direito francês, o ato administrativo deve guardar correspondência com a situação fática que gerou a manifestação de vontade da Administração. 2. Segundo José dos Santos Carvalho Filho se o interessado comprovar que inexistente a realidade fática mencionada no ato como determinante da vontade, estará ele irremediavelmente inquinado de vício de legalidade. 3. A decisão administrativa impugnada nesta demanda encontra-se eivada de ilegalidade, tendo em vista que, além dos valores cobrados dos consumidores guardarem previsão contratual, não restou demonstrada qualquer ilegalidade e/ou abusividade nas cobranças. 4. Recurso improvido. (TJ-ES - APL: 00062193620158080024, Relator: JORGE DO NASCIMENTO VIANA, Data de Julgamento: 30/07/2018, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/08/2018).

Dessa forma, é indispensável que a autoridade responsável pelo julgamento manifeste-se

sobre as questões fáticas arguidas na defesa e no auto de infração, não podendo inovar em relação à imputação da suposta infração praticada pelo administrado.

É o que desde já, se requer.

5.2 DA ABSURDA QUANTIFICAÇÃO DE ÁRVORES SUPRIMIDAS – AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE – DEVER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PRIMAR PELA VERDADE REAL DOS FATOS – INVENTÁRIO FLORESTAL INTEGRANTE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PCH MUCURI – INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIO PARA QUANTIFICAÇÃO DOS INDIVÍDUOS SUPOSTAMENTE SUPRIMIDOS – MULTA ILEGAL – EXORBITÂNCIA

Inicialmente é necessário consignar que à época da vistoria/fiscalização já constava nos autos do processo de implantação da PCH Mucuri o Inventário Florestal apresentado pela AUTUADA/RECORRENTE, haja vista ser esse documento essencial na formação de processos da espécie.

Entretanto, verifica-se que nem no termo de fiscalização ou do auto de infração existe registro ou menção a esse documento, já que se trata de elemento essencial para a aplicação de parâmetros e estimativa das espécies que eventualmente existiam na suposta área suprimida. Aliás, o absurdo e inexplicável total de árvores apresentado pelo agente fiscalizador como suprimidas, corrobora a total ausência de equiparação com os dados constantes naquele documento/Inventário Florestal.

Não obstante, por zelo e cautela, em sede de Defesa Administrativa a AUTUADA/RECORRENTE juntou aos autos cópia do Inventário Florestal da PCH Mucuri produzido por equipe de profissionais qualificados, protocolado sob nº 852634/2011, do qual constou levantamento quali-quantitativo da flora da área de influência direta deste empreendimento compreendendo as áreas de Floresta Estacional Semidecidual.

Acerca da composição florística, esse Inventário Florestal apresentou estrutura estimada das espécies amostradas, conforme tabela abaixo, onde se verifica a descrição dos parâmetros relativamente à espécie "*dalbergia nigri*".

Família	Nome Científico	Nome Vulgar	Parcelas
Cyperaceae	<i>Hypochaeris auctum</i> (Rudge) H. Pfeiff	Capim Naveira	6
Dennstaedtiaceae	<i>Pteridium aquilinum</i> (L.) Kuhn	Samambaia	3
Euphorbiaceae	<i>Euphorbia grandiflora</i> L.	Capim Cavallinha	3
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum</i> sp.	Imbué-bravo	6
Euphorbiaceae	<i>Crotonodendron urens</i> (L.) Arthur	Urtiga	4
Euphorbiaceae	<i>Pisonia tomentosa</i> L.	Mamonha Vermeilha	6
Fabaceae	<i>Acacia plumosa</i> Loure	Acácia	1, 4, 5, 7
Fabaceae	<i>Desmodium intantum</i> DC	Fucim de Boi	2, 3
Fabaceae	<i>Senna occidentalis</i> (L.)	Mata Feste	2, 3, 4, 5
Fabaceae	<i>Senna hirsuta</i> (L.) H.S. Gentry & Rimbey	Mata Feste	4
Fabaceae	<i>Inga sepioides</i> (Vell.) Mart	Inga	4
Fabaceae	<i>Characanthus brasiliensis</i> (L.) Greene	Carne-Carne	6, 7
Fabaceae	<i>Leboreia nigra</i> (Vell.) Alencar ex Benth	Capim	7
Fabaceae	<i>Myricarpus fastigiatum</i> Alencar	Carne-de Vaca	3
Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill	Abacateiro	2
Malvaceae	<i>Sida cordifolia</i> L.	Quissuma	1, 5
Malvaceae	<i>Sida grandis</i> K. Schum	Malva Branca	1, 4, 7
Malvaceae	<i>Sida acuta</i> Burm. f.	Vassouras	1
Malvaceae	<i>Sida rhombifolia</i> L.	Malva	4, 5, 7, 8
Malvaceae	<i>Herissantia major</i> (L.) Brucke	Mela-corda	3
Malvaceae	<i>Trochilanthus</i> C. DC	Tringalha	7
Moraceae	<i>Morone tomentosa</i> (L.) D. Don ex Steud	Amora-do- Mato	1, 2
Myraceae	<i>Podium guianense</i> L.	Goaibera	2, 4
Poaceae	<i>Urochloa decumbens</i> (Stapf) R.D. Webster	Braquiária Gramma	1, 2, 4, 5, 7
Poaceae	<i>Paspalum notatum</i> Flügge	Banana	2, 4, 7, 8
Poaceae	<i>Setaria</i> sp.	Setaria	3, 4
Poaceae	<i>Urochloa arvensis</i> (Hack.) ex T. Durand & Schindl Marrone & Zuloaga	Braquiária do Brejo	3, 4
Poaceae	<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers	Capim-Pé-de- Galinha	4
Poaceae	<i>Alphacarpus maximus</i> (Jacq.) B.K. Simon & S.W. Jacobs	Capim Colônias	5
Poaceae	<i>Cynodon sagittatus</i> (Aubl.) P. Beauv	Caná	6

Tabela 7. Parâmetros fitossociológicos das espécies amostradas ordenados por V%. Em que N = número de indivíduos, U = unidades amostrais em que a espécie foi observada, AB = área basal, DA = densidade absoluta, DR = densidade relativa, FA = frequência absoluta, FR = frequência relativa, DoA = dominância absoluta, DoR = dominância relativa, VC = valor de cobertura e VI = valor de importância.

Nome Científico	N	U	AB	DA	DR	FA	FR	DoA	DoR	VC	VI (%)	VI (%)	
<i>Inga sepioides</i> (Vell.) Mart	116	10	2.2847	257.778	22.48	88.67	10.53	4.099	24.27	46.747	23.37	57.273	10.09
<i>Euterodendron schomburgkii</i> (Benth.) Benth	40	8	2.481	88.889	7.75	53.33	8.42	5.469	27.09	34.839	17.42	43.26	14.42
<i>Myrcarpus fastigiatum</i> Alencar	103	2	0.746	228.889	19.96	53.33	2.11	1.658	8.21	28.172	14.09	38.277	10.09
<i>Ficus exonioides</i> (Mart.) ex Mez (Mart)	22	6	0.789	48.889	4.26	40	6.32	1.711	8.47	62.737	6.37	19.053	6.35
<i>Erythroxylum</i> sp.	24	9	0.5829	53.333	4.65	60	9.47	0.262	1.79	6.444	3.22	15.917	5.31
<i>Guarea guianensis</i> (L.) Steud	33	5	0.2721	73.333	6.4	33.33	5.28	0.605	3	9.391	4.7	14.054	4.88
<i>Makvetia leucoides</i> (Benth.) ex Mart (Mull. Arg)	22	7	0.2674	48.889	4.26	46.67	7.37	0.594	2.94	7.296	3.6	14.575	4.86
<i>Genipa americana</i> (L.)	17	7	0.3113	37.778	3.29	46.67	7.37	0.692	3.43	6.721	3.36	14.089	4.7
<i>Strydom jandora</i> (L.) Aitken	18	3	0.5153	40	3.49	20	3.16	1.145	5.67	9.16	4.58	12.318	4.11
<i>Oenothera mollis</i> Benth.	8	3	0.4942	17.778	1.55	20	3.16	0.898	4.45	6	3	9.158	3.05
<i>Tabernaemontana hystrix</i> Steud	17	3	0.4441	37.778	3.29	20	3.16	0.998	0.49	3.78	1.89	6.938	2.31
<i>Trochilanthus</i> C. DC.	8	2	0.2729	13.333	1.16	13.33	2.11	0.606	3	4.167	2.08	6.272	2.09
<i>Cecropia pachystachya</i> Trinal	18	3	0.4922	37.778	3.29	20	3.16	0.295	1.08	2.951	1.48	6.117	2.04
<i>Leboreia nigra</i> (Vell.) Alencar ex Benth	16	3	0.6318	37.778	3.29	13.33	2.11	0.67	0.35	1.984	1.14	4.389	1.48
<i>Copania venusta</i> Cambess.	13	1	0.6479	28.889	2.52	6.67	1.05	0.196	0.53	3.947	1.52	4.099	1.37
<i>Annonum basistachyum</i> Schott ex Spreng	5	2	0.0351	11.111	0.97	13.33	2.11	0.678	0.39	1.355	0.68	3.46	1.15
<i>Erythra fusca</i> Less	8	1	0.0399	20	1.74	6.67	1.05	0.068	0.34	2.883	1.04	3.137	1.05
<i>Celtis guianensis</i> (Jacq.) Berg	6	1	0.0738	13.333	1.16	6.67	1.05	0.164	0.81	1.974	0.99	3.028	1.01
<i>Koeberlinia bipinnata</i> Franch	3	2	0.0182	6.667	0.58	13.33	2.11	0.023	0.18	0.684	0.35	2.799	0.93

Recorrendo a esse Inventário Florestal, constata-se que das 14 (quatorze) parcelas amostradas, apenas em 02 (duas) – parcelas 05 e 07 – se verificou a ocorrência da espécie "*dalbergia nigri*", num total de 10 (dez) indivíduos, sendo certo ainda que, na parcela 07 (sete), onde ocorreram 09 (nove) indivíduos, não se localizam na área do reservatório, e, portanto, não seriam, como de fato não foram, suprimidos.

Sabe-se que os atos promovidos pelos agentes públicos gozam de presunção de veracidade, contudo, também se sabe que essa presunção é *juris tantum*. No presente caso, tal premissa se amolda com perfeição, eis porque, todos os fatos e dados constantes dos autos constituem arcabouço de provas em contrário ao afirmado pelo agente fiscalizador. É hialina a contradição

Logo, inobstante a clara ausência de razoabilidade, é materialmente impossível que na suposta área suprimida pudesse ser contabilizada a ocorrência de 2.614 (duas mil seiscentas e quatorze) espécies/árvores da espécie "*dalbergia nigris*". Aliás, a se manter tamanho despautério restaria configurado que essa espécie não poderia se incluir na lista de espécies ameaçadas de extinção, pelo menos em Minas Gerais, posto que o agente fiscalizador conseguiu vislumbrar a existência de, em média, 50 (cinquenta) indivíduos da espécie por hectare.

E não é só isso. Considerando que por determinação legal, mas, sobretudo, em respeito aos direitos dos administrados, os atos promovidos pela administração pública, principalmente aqueles que impõem sanções devem ser motivados, era inescusável que o agente fiscalizador justificasse sua conclusão, indicando de forma chegou ao absurdo número de 2.614 indivíduos de espécie ameaçada que teriam sido suprimidos. Mesmo porque, a falta de parâmetro para essa quantificação representa claro cerceamento do direito a ampla defesa e contraditório, vez que, a AUTUADA/RECORRENTE não tem substrato para contestar a formula usada pelo agente para chegar a esse total.

Aliás, cumpre ilustrar, que para alcançar esta quantidade de exemplares, seria necessário que ser toda a área estivesse recoberta por essa espécie, cabendo ressaltar que não se tratava de floresta plantada com esse fim, mas, de remanescentes naturais

Como se chegou a esse total? Qual foi o parâmetro usado? De onde o agente extraiu uma média/estimativa que pudesse resultar nesse total?

Observa-se que são questões que apesar de essenciais ao exercício da ampla defesa e contraditório não foram consideradas pelo agente fiscalizador. E mais grave ainda. Também não foram objetos de questionamentos e considerações pela autoridade julgadora, a quem compete decidir com base na verdade real.

Diante desse cenário, é necessário frisar que não basta que a que a administração pública receba a Defesa apresentada pelo administrado, mas, que a análise, busque dirimir questões duvidosas e ao final profira decisão fundada na verdade real, haja vista que o poder/dever de decidir, além de não ato discricionário, não se resume na simples repetição da percepção do agente fiscalizador, como ocorre no presente caso.

O auto de infração é o instrumento utilizado pela Administração Pública para pôr em prática o Poder de Polícia, o qual enquadra-se como ato administrativo de caráter punitivo, e os motivos de sua manutenção devem preencher estritamente os requisitos formais exigidos pela norma, obedecendo assim o princípio da legalidade.

Sobre o tema, assim leciona Hely Lopes Meirelles⁵:

"A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".

Ao final, o que se constata do procedimento de fiscalização é que a autoridade fiscalizadora fez juízo de valor de forma distinta para o mesmo fato, como o fim de aplicar medida sancionatória muito acima do necessário a AUTUADA/RECORRENTE, incorrendo em ilegalidade, pois, por um lado, utilizou-se das informações contidas no Inventário Florestal para apenas a RECORRENTE sob o argumento de existência de espécies ameaçadas de extinção (*dalbergia nigri*), e por outro, fez "vista grossa" ao mesmo documento/Inventário Florestal para evitando de consultá-lo acerca da quantidade de indivíduos daquela espécie foram apontados, e em quais parcelas se localizavam.

⁵ MIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo.

Por todo exposto, e em qualquer das hipóteses de análise do presente auto de infração, conclui-se pela ilegalidade e mácula de vícios insuperáveis, que reclamam o reconhecimento pela nulidade. É como se requer.

6. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Ante ao todo exposto, em razão da plena regularidade ambiental da atividade da RECORRENTE, é inegável a ausência de motivação apta a imputar-lhe uma penalidade pecuniária, motivo pelo qual requer:

1. Seja chamado o feito à ordem, a bem da necessária apreciação e julgamento da DEFESA ADMINISTRATIVA, especialmente dos seus anexos, diante da cristalina tempestividade na qual fora apresentada/postada;
2. Em razão da moderação nas formalidades do processo administrativo, alternativamente seja o presente Recurso Administrativo recebido, processado conhecido para ao final julgar totalmente procedente para:
 - (i) Reconhecer e declarar a prescrição da pretensão punitiva da administração pública, nos termos do quanto exposto no item 3 "Da prejudicial do mérito" do presente Recurso Administrativo;
 - (ii) Na remotíssima hipótese de restar superado o item acima, o que se admite apenas pelas eventualidades processuais, seja julgado totalmente procedente para julgar nulo o auto de infração ora vergastado, em razão da inexistência do motivo apontado, nos termos do quanto fundamentado no item 5 "Dos Fundamentos" acima exposto;
 - (iii) Na forma da lei, caso reste superados os itens acima, o que não se espera, que seja anulada a infração administrativa prevista no Anexo III, código 301, vez que o seu fundamento não guarda correspondência com o motivo apontado;

- (iv) De igual modo, caso fique mantida a multa correspondente à infração descrita no Anexo III, código 312, seja essa ajustada com base na verdade real dos fatos, sobretudo, em razão das inconformidades apontadas no presente Recurso.

Tendo em vista que a Defesa Administrativa fora indevidamente considerada intempestiva, requer ainda, seja oportunizado à Recorrente, a produção de provas em direito admitidas.

Os patronos da causa declaram que são autênticos os documentos juntados ao presente Recurso Administrativo.

Termos em que,
Pede deferimento.

Teixeira de Freitas/BA, 01 de março de 2019

LEANDRO
OAB/BA
OAB/MG

RITA
OAB/BA

MATHEUS
OAB/BA


SARAH
OAB/ES

S. Sinhué



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com as mesmas reserva, os poderes da cláusula "ad judicium" de representação no contencioso judicial e administrativo a mim conferidos por MUCURI ENEGÉRTICA S.A, com sede na Avenida Faria Lima, 1355, 7º andar Pinheiros, CEP 01452-919 São Paulo/SP, inscrita no C.N.P.J. sob nº 09.259.407/0001-02, aos Drs. LEANDRO [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº [REDACTED] Seção do Estado de Minas Gerais, Subseção da capital – Belo Horizonte, e sob o nº [REDACTED] Seção do Estado da Bahia, Subseção de Eunápolis, MARCELO [REDACTED] [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia, sob o nº [REDACTED] PEDRO [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia, sob o nº [REDACTED] IVAN [REDACTED] [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de São Paulo sob o nº [REDACTED] e Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] FLÁVIO [REDACTED] SANTOS, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais sob o nº [REDACTED] e Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] RAMON [REDACTED] [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] RITA [REDACTED] inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] IGOR [REDACTED] [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o nº [REDACTED] THIAGO [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] TAIRO [REDACTED] [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, sob o nº [REDACTED] CARLA [REDACTED] inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] MARIAMA [REDACTED] [REDACTED] inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] SARAH [REDACTED] inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Espírito Santo sob o nº [REDACTED] LECIANE [REDACTED] [REDACTED] inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] FÁTIMA [REDACTED] inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia sob o nº [REDACTED] MATHEUS [REDACTED] [REDACTED] inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia sob o nº [REDACTED] todos atuantes na sociedade de advogados MOSELLO LIMA ADVOCACIA, com





endereço profissional na Avenida Antúrios, nº 218, Bairro Jardins de Eunápolis, Município de Eunápolis, Estado da Bahia, habilitando-os a praticar, em conjunto ou separadamente, todos os atos do processo para, em qualquer repartição pública ou provada, autarquias, sociedade de Economia Mista, dos entes federativos, órgão de defesa do consumidor, Defensorias, Promotorias e Delegacias Públicas, assim como em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la (o) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais para acompanhando-os, representa-la (o), conferindo-lhes ainda, poderes especiais para distribuir, fotocopiar, propor, contestar ações, interpor recursos, confessar, transigir, desistir, renunciar, isoladamente receber e dar quitação, receber intimação, sobre o direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando por tudo por bom, firme e valioso, especialmente para defendê-la no Auto de Infração nº 46487/2011, expedido pela Superintendência Regional de Meio Ambiente da Supram, em face da Mucuri Energética S.A., empresa adquirida pela Suzano Papel e Celulose S.A em fevereiro de 2018.

Carlos [redacted] - OAB/ [redacted]

São Paulo/SP, 27 de fevereiro de 2019.

MUCURI ENERGÉTICA S.A.



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA"

DATA DA PROCURAÇÃO:

04/06/2018

OUTORGANTE:

MUCURI ENERGÉTICA S.A. (CNPJ/MF nº 09.259.407/0001-02), com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, sala 1, Pinheiros, CEP 01452-919, São Paulo/SP.

DIRETORES REPRESENTANTES:

- Diretor: MARCELO [REDACTED] (CPF/MF nº [REDACTED] - RG nº [REDACTED])
- Diretor: CARLOS [REDACTED] (CPF/MF nº [REDACTED] - RG [REDACTED])

Ambos com local de trabalho na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, Pinheiros, São Paulo/SP.

OUTORGADOS:

- 1) PABLO [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 2) WALNER [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 3) CARLOS [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 4) ROBERTA [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 5) BRUNA [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 6) CLAUDIA [REDACTED] (CPF/MF nº [REDACTED])
- 7) DÉBORA [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 8) FILIPE [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 9) MATHEUS [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 10) JULIANA [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])
- 11) FELIPE [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])

Todos com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, São Paulo - SP.

- 12) HEITOR [REDACTED] (OAB/BA nº [REDACTED] - OAB/RJ nº [REDACTED] - CPF/MF nº [REDACTED])

Com escritório na BR -101 KM 945.4 + 7 KM à esquerda - Mucuri - BA.

- 13) WILSON [REDACTED] (OAB [REDACTED] - Seccional do Maranhão - CPF/MF nº [REDACTED])





Com escritório na Av. Newton Bello, Estrada do Arroz, s/n, Zona Rural, Estr. Imperatriz a Coquelândia (Arroz), Km 13 + 2 Km a Esquerda, Imperatriz – MA.

14) **RAFAEL** [REDACTED] (OAB/SP nº [REDACTED] – CPF/MF nº [REDACTED])

Com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, São Paulo – SP.

REGRA DE REPRESENTAÇÃO:

Para, agindo em conjunto ou separadamente e independentemente da ordem de nomeação.

PODERES:

(a) O OUTORGADO aqui designado sob o número 1, agindo isoladamente, com poderes para celebrar, firmar e assinar contratos de serviços jurídicos e/ou advocatícios junto a terceiros até o limite individual de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), inclusive, com poderes de alterá-lo(s) ou aditá-lo(s) dentro do referido limite. Acima deste limite de alçada, o OUTORGADO ora designado pelo nº 1 poderá assinar os mesmos tipos de contratos sempre em conjunto com um Diretor Executivo da OUTORGANTE.

(b) O OUTORGADO aqui designado sob o número 2 e 6, agindo isoladamente, com poderes para celebrar, firmar e assinar contratos de serviços jurídicos e/ou advocatícios junto a terceiros até o limite individual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), inclusive, com poderes de alterá-lo(s) ou aditá-lo(s) dentro do referido limite.

(c) Os OUTORGADOS aqui designados sob os números 3 e 10, agindo isoladamente, com poderes para celebrar, firmar e assinar contratos de serviços jurídicos e/ou advocatícios junto a terceiros até o limite individual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inclusive, com poderes de alterá-lo(s) ou aditá-lo(s) dentro do referido limite.

(d) Os OUTORGADOS identificados pelos números 1 a 4 acima e somente estes, com poderes de representação da OUTORGANTE nas Assembleias Gerais, Reuniões de Sócios, alterações de Estatuto Social e Contrato Social e/ou atos societários de natureza equivalente das sociedades, consórcios, associações e outras entidades de que a OUTORGANTE participe direta ou indiretamente, no país ou no exterior, na forma permitida pelo art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76, quando aplicável, bem como nas reuniões prévias de acionistas e Assembleias de Debenturistas, de forma a apreciar, discutir e votar os assuntos constantes da respectiva ordem do dia, manifestar dissidência ou protesto, podendo também, assinar boletins de subscrição e sobras de subscrição, conversões de ações, subscrever debêntures e converter debêntures em ações.

(e) Os OUTORGADOS identificados pelos números 1 a 3 e 8 a 13 acima e somente estes, com os poderes contidos na cláusula "ad judicium" e para o foro em geral, bem como os poderes especiais referidos no artigo 105, do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto de recebimento de citação inicial, podendo, representar a OUTORGANTE perante qualquer instância, juízo ou Tribunal, na defesa dos seus interesses, propondo contra quem de direito as ações competentes e defendendo-a nas contrárias, ambos os casos até decisão final, usando dos recursos legais e cabíveis, acompanhando-os e contrarrazoando os contrários, enfim, praticando todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento do presente mandato.

(f) Todos os OUTORGADOS, com poderes de representação extrajudicial da OUTORGANTE perante o Ministério Público da União e dos Estados, inclusive para os fins de firmar Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, assim como de representação extrajudicial da OUTORGANTE, inclusive para os fins de defesa dos interesses desta no contencioso administrativo, perante os órgãos da Administração Pública direta, indireta, descentralizada ou desconcentrada da União, dos Estados e dos Municípios, suas repartições, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações e delegações, Conselhos Federais de exercício profissional, concessionárias e permissionárias de serviços públicos, empresas arrendatárias de instalações portuárias e aeroportuárias de uso público ou privado, agências financeiras oficiais de fomento referidas no §2º do art. 165 da Constituição Federal, associações e entidades sindicais de todos os graus e particularmente perante o Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para proceder ao levantamento de depósitos judiciais, mediante a apresentação da devida documentação,





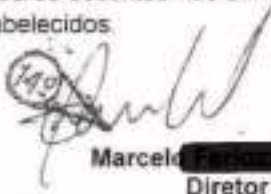
Cartórios de Registro de Imóveis, Juntas Comerciais, Secretarias da Fazenda e de Finanças, Delegacia da Receita Federal, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, órgãos de registro de marcas, patentes e de propriedade imaterial no Brasil e no Exterior, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça - CADE, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - SDE, Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SAE.

DECLARAÇÕES ADICIONAIS:

- a) Os poderes mencionados nas alíneas "e" e "f" são outorgados por **PRAZO INDETERMINADO** e poderão ser substabelecidos pelos OUTORGADOS acima identificados pelos números 1 a 3 e 10 e 11, com reservas de iguais poderes e sob sua integral responsabilidade.
- b) O presente mandato extingue automaticamente com relação aos ora OUTORGADOS que deixarem de exercer na OUTORGANTE, ou no Grupo Econômico do qual faz parte, o cargo ou função em virtude do qual receberam os poderes.

VALIDADE:

Os poderes descritos nas alíneas "a" e "d" acima serão válidos até o dia **30.06.2019** e não poderão ser substabelecidos.


Marcelo Ferriozzi Bacci
 Diretor


Carlos Antival Fernandes de Almeida Junior
 Diretor



Reconheço por Semelhança a(s) firma(s):
MARCELO FERIOZZI BACCI, CARLOS ANTIVAL FERNANDES DE ALMEIDA JUNIOR
 São Paulo, 11 de Julho de 2018. C.Seg:36590190.12:30:77
 RH18,50 SELD(S) 1047AB0437637

Vale somente com esta de identificação





MUCURI ENERGÉTICA S/A

CNPJ nº 09.259.407/0001-02
NIRE (JUCESP) 35300452798

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014

- 1) **LOCAL, DIA E HORA:** Sede da empresa, na Avenida Juscelino Kubitschek, 360 - 3º andar - parte, Condomínio do Edifício JK 360 - Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04543-000, no dia 16 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.
- 2) **CONVOCAÇÃO:** Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da **Queiroz Galvão Energia S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.538.782/0001-42, representando a totalidade do capital social da Companhia.
- 3) **MESA:** Presidente: Roberto [REDACTED] Secretário: Roberto [REDACTED]
- 4) **DELIBERAÇÕES:** Deliberações tomadas pela acionista única da Companhia:
 - 4.1 Registrar que a presente ata será lavrada em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76.
 - 4.2 Aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia, passando a Companhia a ser administrada somente pela Diretoria, nos termos do artigo 138 da Lei nº 6.404/76, com a consequente reformulação do Capítulo III do Estatuto Social da Companhia que, renumerado, passa a vigorar na forma abaixo:

***CAPÍTULO III**
ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

***Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria.**



JUCESP
06 03 15



Parágrafo Único – A Diretoria terá poderes e atribuições conferidos pela lei e por este Estatuto.

Artigo 7º - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 04 (quatro) integrantes, acionistas ou não, todos eles residentes no País, sem denominação especial, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Compete aos Diretores a representação da Companhia e a prática dos atos regulares de gestão que lhes são atribuídos por lei e por este Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os Diretores tomarão posse de seus cargos, dispensados de prestar caução, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da eleição, mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Parágrafo Terceiro - Em caso de licença, impedimento temporário ou vacância, caberá à Assembleia Geral escolher o substituto do licenciado, impedido ou titular do cargo vago, na primeira assembleia que se seguir ao acontecimento. O substituto permanecerá no cargo até o desimpedimento ou o término da licença do substituído, ou até o final do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quarto - Vencido o mandato dos Diretores, este se estenderá até a investidura dos novos Diretores.

Artigo 8º - A Diretoria administrará a Sociedade obedecendo rigorosamente ao disposto neste Estatuto e na legislação aplicável, sendo vedado aos seus integrantes, isolada ou conjuntamente, a prática de atos em nome da Sociedade, estranhos aos seus objetivos, tais como, a título de mero exemplo, operações de favor em benefício de terceiros, observadas as disposições contidas no artigo 9º deste Estatuto.

Artigo 9º - Compete à Diretoria:

I) cumprir as disposições deste Estatuto, e as deliberações da Assembleia Geral;

II) além da prática de todos os atos necessários ao funcionamento normal da Sociedade, inclusive a representação em juízo ou fora dele, no país ou no exterior, e



JUCESP
06 03 15



ainda:

a) mediante a assinatura individual de um de seus Diretores:

a.1.) *representar a Sociedade perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas;*

a.2) *outorgar procurações "ad judicia" e aquelas que confirmam poderes de representação judicial da Companhia, inclusive para fins de depoimento pessoal;*

a.3) *praticar atos relativos a registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários.*

b) mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, ou assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador, ou, ainda, assinatura de dois procuradores:

b.1) *assumir obrigações em geral, no Brasil ou no exterior;*

b.2) *realizar operações de crédito e de financiamento em geral, inclusive operações estruturadas, que não excedam ao valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);*

b.3) *assinar cheques, letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias, podendo emitir, aceitar e endossar;*

b.4) *movimentar contas correntes da Companhia, receber valores e quantias passando recibo, dando quitação;*

b.5) *prestar e aceitar caução, fiança, e outras garantias no exclusivo interesse da Sociedade, desde que em valor inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);*

b.6) *contratar operações de "leasing";*

b.7) *adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens do ativo permanente da Sociedade de valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);*

b.8) *celebrar contratos de consórcio e de "joint-venture";*

7



JUCESP
06 03 15



b.9) após autorização expressa da Assembleia Geral:

b.9.1) renunciar direitos quaisquer, inclusive de preferência de subscrição de ações;

b.9.2) alienar e constituir ônus reais sobre bens do ativo permanente da Sociedade de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

b.9.3) realizar operações financeiras, de crédito e de financiamento em geral que excedam o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b.9.4) alienar e/ou onerar participações societárias em coligadas e controladas;

b.9.5) renunciar direitos quaisquer, inclusive de preferência a subscrição de ações;

b.9.6) prestar e aceitar caução, fiança e outras garantias no exclusivo interesse da Sociedade, em valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Artigo 10º - Para a prática dos atos a que se refere o artigo anterior, poderão ser outorgadas procurações pela Companhia, com poderes específicos, mediante a assinatura conjunta de dois Diretores. As procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de validade fixado nos respectivos instrumentos, não podendo esse prazo ser superior a 12 (doze) meses, com exceção das procurações "ad judicia", que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Artigo 11 - A critério da Diretoria, poderão ser abertas e encerradas filiais, sucursais e escritórios em qualquer ponto do país ou no exterior."

- 4.3 Em vista da deliberação acima, receber as renúncias dos Srs. (i) **Roberto** [redacted] portador da carteira de identidade nº [redacted], expedida pela [redacted] inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] com endereço profissional na [redacted] (ii) **Ricardo de** [redacted] portador da carteira de identidade nº [redacted] expedida pelo [redacted], inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] e (iii) **André** [redacted] inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted], com endereço



JUCESP
06 03 15



profissional na [REDACTED],
[REDACTED], aos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, os quais assinam as cartas de renúncia em livro próprio. Então, a Companhia, seus acionistas, e os conselheiros que ora renunciaram, outorgam-se, mutuamente, a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação aos atos praticados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia no período em que ocuparam os respectivos cargos, para que nada mais seja reclamado e/ou pretendido, a qualquer tempo e/ou a qualquer título, em juízo ou fora dele.

- 4.4 Em decorrência da extinção do Conselho de Administração da Companhia aprovada no item 4.2 acima, aprovar a reformulação do Capítulo V do Estatuto Social, que, renumerado, passa a vigorar na forma abaixo, de maneira a, dentre outras modificações, atribuir à Assembleia Geral de Acionistas todas as matérias anteriormente de competência do Conselho de Administração da Companhia.

"CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente, sempre que convocada, na forma da Lei.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, e, na sua falta, pelos acionistas, na forma do art. 123, Parágrafo único, da Lei 6.404/76, e instalar-se-á na forma prescrita na Lei.

Artigo 15 - Compete à Assembleia Geral deliberar e decidir sobre todas as matérias e negócios relativos ao objeto da Companhia, tomando as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Parágrafo Único - Além das matérias que por lei e por este Estatuto, sejam de competência da Assembleia Geral, compete-lhe também, fixar os honorários individuais ou globais dos integrantes da Diretoria."

- 4.5 Em função das deliberações tomadas acima e de outras modificações que pretendem introduzir, promover a ampla reforma e consolidar o Estatuto Social da Companhia, com as renumerações consideradas necessárias, que passa a vigorar



JUCESP
06 03 15



com a redação constante do Anexo I, o qual fica fazendo parte integrante da presente ata para todos os fins e efeitos de direito.

- 5) **ENCERRAMENTO E DATA:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi suspensa para lavratura desta ata que, lida, foi assinada por todos os presentes.
- 6) **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Roberto de Queiroz Galvão; Secretário: André de Oliveira Cândia. Acionista: QUEIROZ GALVÃO ENERGIA S/A, representada por seus diretores Max Xavier Lins e Roberto Mario Di Nardo.

"Confere com o original lavrado no livro próprio"

São Paulo, 16 de dezembro de 2014.

Roberto [REDACTED]
Secretário da Mesa



JUCESP
06 03 15



ANEXO I

MUCURI ENERGÉTICA S/A

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Artigo 1º - A MUCURI ENERGÉTICA S/A, é uma sociedade empresária por ações subordinada à Lei 6.404/76, demais legislações aplicáveis e ao disposto neste estatuto.

Artigo 2º - A Sociedade tem por objetivo a construção da PCH MUCURI nos Municípios de Pavão e Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais, a sua operação e a comercialização da energia elétrica gerada pela PCH.

Artigo 3º - A sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo - SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 360, 3º andar - parte, Condomínio do Edifício JK 360 - Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04543-000, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e instalar sucursais, filiais e escritórios no Brasil e no exterior, e sua duração será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 4º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 177.756.000,00 (cento e setenta e sete milhões setecentos e cinquenta e seis mil reais), dividido em 177.756.000 (cento e setenta e sete milhões setecentos e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Artigo 5º - Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações não serão representadas por cautelas, comprovando-se a sua titularidade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia.

21



JUCESP
06 03 15



Parágrafo Único - A Companhia poderá emitir, a qualquer tempo, obedecidas as prescrições legais, ações nominativas ordinárias ou preferenciais.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 6º - A Companhia será administrada por uma Diretoria.

Parágrafo Único - A Diretoria terá poderes e atribuições conferidos pela lei e por este Estatuto.

Artigo 7º - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 04 (quatro) integrantes, acionistas ou não, todos eles residentes no País, sem denominação especial, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Compete aos Diretores a representação da Companhia e a prática dos atos regulares de gestão que lhes são atribuídos por lei e por este Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os Diretores tomarão posse de seus cargos, dispensados de prestar caução, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da eleição, mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Parágrafo Terceiro - Em caso de licença, impedimento temporário ou vacância, caberá à Assembleia Geral escolher o substituto do licenciado, impedido ou titular do cargo vago, na primeira assembleia que se seguir ao acontecimento. O substituto permanecerá no cargo até o desimpedimento ou o término da licença do substituído, ou até o final do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quarto - Vencido o mandato dos Diretores, este se estenderá até a investidura dos novos Diretores.

Artigo 8º - A Diretoria administrará a Sociedade obedecendo rigorosamente ao disposto neste Estatuto e na legislação aplicável, sendo vedado aos seus integrantes, isolada ou conjuntamente, a prática de atos em nome da Sociedade, estranhos aos seus objetivos, tais como, a título de mero exemplo, operações de favor em benefício de terceiros, observadas as disposições contidas no artigo 9º deste Estatuto.

Artigo 9º - Compete à Diretoria:

—



DUCESP
06 03 15



- I) cumprir as disposições deste Estatuto, e as deliberações da Assembleia Geral.
- II) além da prática de todos os atos necessários ao funcionamento normal da Sociedade, inclusive a representação em juízo ou fora dele, no país ou no exterior, e ainda:
- a) mediante a assinatura individual de um de seus Diretores:
- a.1.) representar a Sociedade perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas;
 - a.2) outorgar procurações "ad judicia" e aquelas que confirmam poderes de representação judicial da Companhia, inclusive para fins de depoimento pessoal;
 - a.3) praticar atos relativos a registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários.
- b) mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, ou assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador, ou, ainda, assinatura de dois procuradores:
- b.1) assumir obrigações em geral, no Brasil ou no exterior;
 - b.2) realizar operações de crédito e de financiamento em geral, inclusive operações estruturadas, que não excedam ao valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
 - b.3) assinar cheques, letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias, podendo emitir, aceitar e endossar;
 - b.4) movimentar contas correntes da Companhia, receber valores e quantias passando recibo, dando quitação;
 - b.5) prestar e aceitar caução, fiança, e outras garantias no exclusivo interesse da Sociedade, desde que em valor inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);



DUCE SP
06 03 15

100
4

b.6) contratar operações de "leasing";

b.7) adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens do ativo permanente da Sociedade de valor inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

b.8) celebrar contratos de consórcio e de "joint-venture";

b.9) após autorização expressa da Assembleia Geral:

b.9.1) renunciar direitos quaisquer, inclusive de preferência de subscrição de ações;

b.9.2) alienar e constituir ônus reais sobre bens do ativo permanente da Sociedade de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

b.9.3) realizar operações financeiras, de crédito e de financiamento em geral que excedam o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b.9.4) alienar e/ou onerar participações societárias em coligadas e controladas;

b.9.5) renunciar direitos quaisquer, inclusive de preferência a subscrição de ações;

b.9.6) prestar e aceitar caução, fiança e outras garantias no exclusivo interesse da Sociedade, em valores superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Artigo 10º - Para a prática dos atos a que se refere o artigo anterior, poderão ser outorgadas procurações pela Companhia, com poderes específicos, mediante a assinatura conjunta de dois Diretores. As procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de validade fixado nos respectivos instrumentos, não podendo esse prazo ser superior a 12 (doze) meses, com exceção das procurações "ad judícia", que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Artigo 11 - A critério da Diretoria, poderão ser abertas e encerradas filiais, sucursais e escritórios em qualquer ponto do país ou no exterior.



DUCESP
06 03 15



CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 12 - O Conselho Fiscal, não permanente, quando instalado na forma da Lei, terá três (3) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, mas, residentes no país, e que preencham os requisitos da legislação aplicável.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando instalado, funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária que seguir àquela de eleição, e terá as funções e competência previstas em Lei.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente, sempre que convocada, na forma da Lei.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, e, na sua falta, pelos acionistas, na forma do art. 123, Parágrafo único, da Lei 6.404/76, e instalar-se-á na forma prescrita na Lei.

Artigo 15 - Compete à Assembleia Geral deliberar e decidir sobre todas as matérias e negócios relativos ao objeto da Companhia, tomando as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Parágrafo Único - Além das matérias que por lei e por este Estatuto, sejam de competência da Assembleia Geral, compete-lhe também, fixar os honorários individuais ou globais dos integrantes da Diretoria.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 16 - O exercício social começará em 1º de janeiro de cada ano e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano, coincidindo com o ano civil.

Artigo 17 - No fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei, baseada na escrituração mercantil da Companhia.

7



JUCESP
06 03 15



Artigo 18 - Do lucro líquido do exercício, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório.

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do valor das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Parágrafo Segundo - Os Acionistas poderão deliberar a distribuição de dividendos inferior ao constante deste artigo, ou a retenção de todo o lucro.

Parágrafo Terceiro - A Diretoria poderá propor e a Assembleia aprovar distribuição antecipada de dividendos intermediários, à conta dos dividendos do exercício. Não havendo distribuição antecipada, os dividendos serão pagos durante o exercício em que os mesmos tiverem sido aprovados.

Parágrafo Quarto - Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Sociedade.

CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO


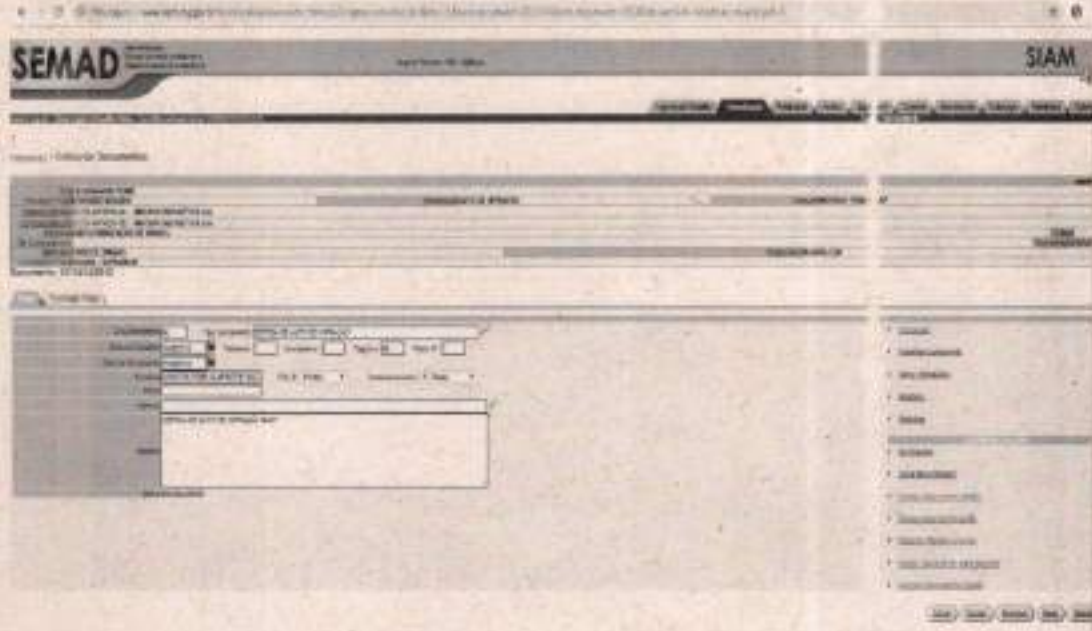
Artigo 19 - A dissolução e liquidação da Sociedade far-se-á de acordo com o que resolver a Assembleia Geral, obedecendo às prescrições legais.

São Paulo, 16 de dezembro de 2014.

Roberto [redacted]
Secretário da Mesa





	SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUPRAM Leste Mineiro	PAPELETA DE DESPACHO	Nº 118/2019
			Data: 01/07/2019
Protocolo SIAM: 0386215/2019			
Empreendimento: Mucuri Energética S.A.		Município: Carlos Chagas/MG	
Assunto: Sugestão de autotutela administrativa - pelo conhecimento de defesa administrativa			
De: Renata de Oliveira Sant'Ana - Coordenadora NAI LM Livia Lopes Carvalho Silva - Gestora Ambiental Jurídico		Unidade Administrativa: Núcleo de Auto de Infração - SUPRAM/LM	
Para: Gesiane Lima e Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente		Unidade Administrativa: Superintendente - SUPRAM/LM	
Senhora Superintendente,			
<p>Trata-se de análise, em sede de recurso, de Auto de Infração nº 46487/2011, em que houve decisão pelo não conhecimento da defesa administrativa. Ocorreu em sede de recurso que a parte atuada juntou cópia do Aviso de Recebimento com data de postagem dia 07/02/2012 e recebimento em 11/02/2012, conforme demonstrado em página 66 do presente processo administrativo.</p> <p>Conforme verificação no SIAM, houve protocolo de defesa administrativa em data de 15/02/2012, constando como data do documento <u>07/02/2012</u>, vejamos:</p>			
			

Em todo caso, opina-se por realização de autotutela administrativa fundamentada na Lei 14.184/2002 que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual e diz:

Art. 64 – A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Diante disso, vimos através deste documento sugerir a anulação da decisão administrativa realizada em página 59 do presente processo administrativo, em data de 26/12/2018 que decidiu por não conhecer a defesa administrativa por intempestividade, com sugestão de reconhecimento de tempestividade e análise de mérito da mesma, através da autotutela administrativa, pelos fatos e fundamentos expostos nessa papeleta.



Livia [REDACTED]
Gestora Ambiental – Jurídico
MASP: 1239863-2



Renata [REDACTED]
Coordenadora do Núcleo de Auto de Infração
MASP: 1402657-9

- [illegible]

Tipo de atividade: Atividade de fabricação Processo: 11.400/2007/002201		Nome do estabelecimento: INDUSTRIALIZAÇÃO DE INJEÇÃO		Situação: INSCRITO PARA O CAD	
CNPJ: 09.219.407/0001-02 - MILKEM ENERGÉTICA S.A. Inscrição Estadual: 159.407/0001-02 - MILKEM ENERGÉTICA S.A.		Nome do responsável: ANDRÉ CARLOS CHAGAS			
Endereço: AVENIDA DOUTOR FABRÍCIO DE VIMPE Cidade: JOÃO PESSOA		Responsável Técnico: ANDRÉ CARLOS CHAGAS			
Data de emissão: 15/05/2014 Hora de emissão: 14:00:00		Assinatura: ANDRÉ CARLOS CHAGAS			

Documento: 0113414/2012

Tentado Fica

Cod. Documento:	04	Tipo Documento:	COPISA DE AUTO DE INFRAÇÃO		
Data do Evento:	15/02/2012	Volumes:		Exemplares:	
Data do Documento:	07/02/2012	Número:	AD	Faixa Nº:	
Emissão:	CONSTRUTORA QUEIROZ E SA.	IR - E - Imposto:		Anexoamento:	P - Posto
Outros:					
Objeto:	COPISA DE AUTO DE INFRAÇÃO, assst				
Assunto:					

Status DIGITALIZADO

- [Detalhes](#)
- [Transferir Documento](#)
- [Serviço Atendimento](#)
- [Histórico](#)
- [Visualizar](#)
- [Ver Impressão](#)
- [Gerar Nova Impressão](#)
- [Anexar Documentos Externos](#)
- [Enviar para Digitalização](#)
- [Substituir Modelo Original](#)
- [Enviar Documento para Arquivar](#)
- [Supraver Documentos Digitais](#)

[Gravar](#)
[Cancelar](#)
[Atualizar](#)
[Novo](#)
[Voltar](#)